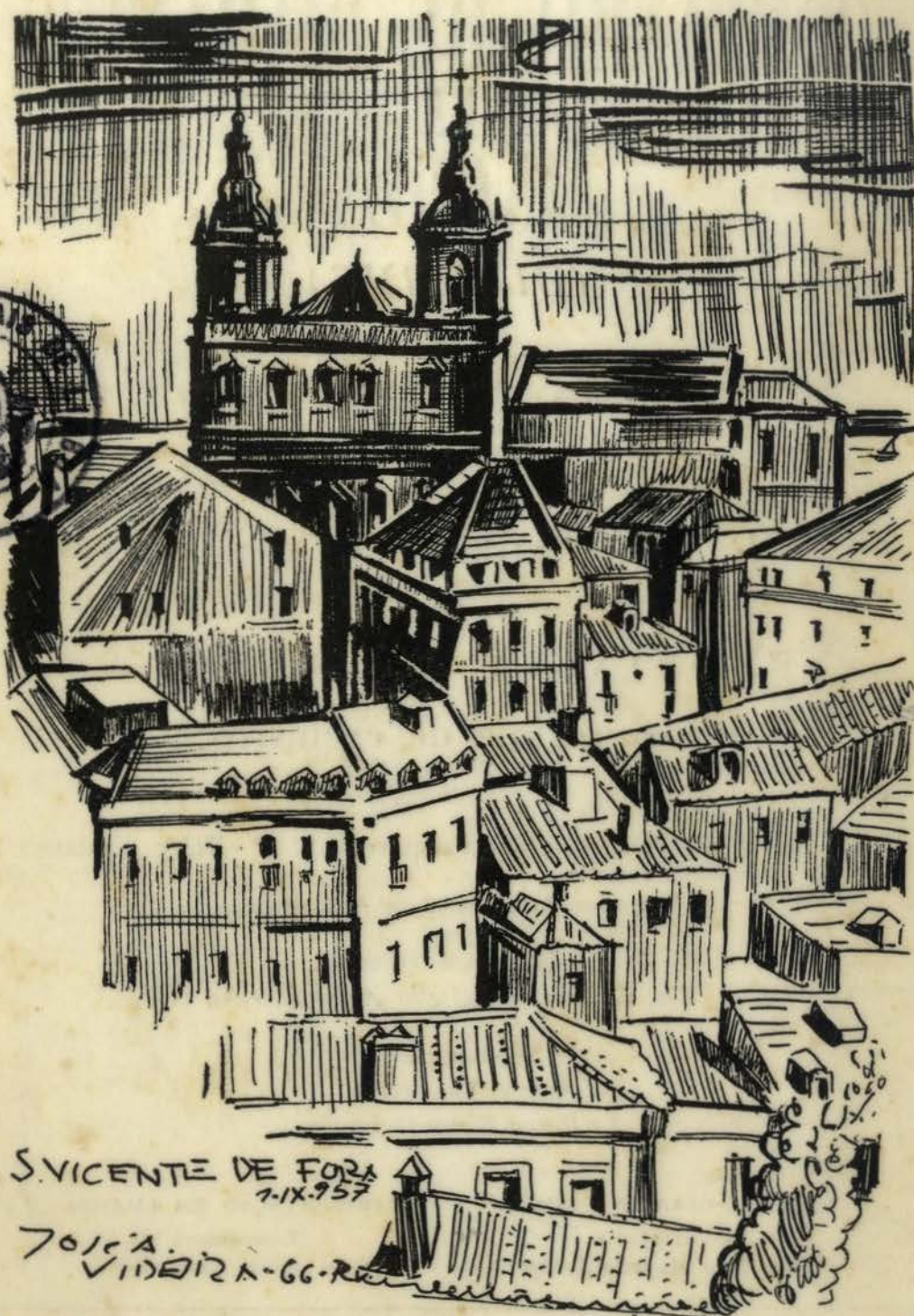


OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



S. VICENTE DE FORA
7-IX-957

7015 A.
VIDEIRA-66-R

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes
na
PROVÍNCIA DE ANGOLA
em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e
Administrador-Delegado

Dr. Guilherme Luísello Alves Moreira

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Le Baron Pierre Bonvoisin

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. João Augusto Bexiga

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Sílvio Guimarães

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.^a livros sobre
todos os assuntos escritos nas
principais línguas europeias

Damos informações biblio-
gráficas e aceitamos enco-
mendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

Telefones 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES
MARÍTIMOS
E AÉREOS

AGENCIA DE TURISMO

SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
FOLHA DE FLANDRES
E AÇÓIS
EXPORTAÇÕES
IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm
dado para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas

800 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.^o — LISBOA

PAPELARIA CAMÕES

DE

AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO, LDA.

Pincéis, telas, tintas de óleo, aguarelas e guaches
das melhores marcas nacionais e estrangeiras

LISBOA, 2 — 42, Praça de Luís de Camões, 43 — Telef. 32 30 63



VISTA ALEGRE

Porcelanas



LOJAS:

Largo do Chiado, 18 – LISBOA

Av. Navarro, 42 – COIMBRA

R. Cândido Reis, 18 – PORTO

R. St.^a Isabel, 21 – PORTIMÃO

SEDE

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.^o

LISBOA



SEGUROS

L. do Corpo Santo, 13

Telef. 30321 – LISBOA

Oferta

27. JUL. 1968

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXX

OUTUBRO/DEZEMBRO

NÚMERO 120

Director, o Presidente da Junta Directiva
FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 5-A



SUMÁRIO

	Pág.
AS INUNDAÇÕES DE NOVEMBRO	143
A INAUGURAÇÃO DA AVENIDA GULBENKIAN por <i>Hugo Raposo</i>	145
EVOCÇÃO DA CERIMÓNIA INAUGURAL DO MONUMENTO A CAMÕES — REPORTAGEM RETROSPECTIVA por <i>Hugo Raposo</i>	149
O ÉPICO pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	156
A ORIGEM DO NOME DE LISBOA pelo <i>Dr. José Pedro Machado</i>	165
A RAINHA D. FILIPA DE LENCASTRE NO MOSTEIRO DE ODIVELAS pelo <i>Dr. J. T. Montalvão Machado</i>	168
COLABORADORES DESAPARECIDOS	180
FEIRA DA LADRA	181
ACTIVIDADE CULTURAL DO 2.º SEMESTRE DE 1967	184
OFERTAS AO GRUPO	190
SÓCIOS ADMITIDOS NO 2.º SEMESTRE DE 1967	190
ACÇÃO CULTURAL DURANTE O ANO DE 1967	191
ÍNDICE DO XXX VOLUME (1967)	195
CAPA: S. Vicente de Fora — Desenho de <i>J. A. Videira</i>	
VINHETAS DE <i>J. A. Videira</i> e <i>Figueiredo Sobral</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

As Inundações de Novembro

«**A**MIGOS DE LISBOA», vibrando pelo seu amor à nobre Cidade — sempre gloriosa e tantas vezes mártir! —, quer nas suas horas de júbilo, quer nos momentos em que a desdita a atinge, profundamente se emocionaram pelos trágicos acontecimentos de 25 de Novembro de 1967, dia que para sempre ficará assinalado com uma nota de luto e de horror.

As inclemências da Natureza desencandearam-se ao anoitecer com uma violência que, de princípio, não podia dar ideia das proporções que iam atingir. A força do grande cataclismo pluvioso vibrou os seus golpes mais implacáveis sobre a cidade de Lisboa e nas zonas adjacentes de Sintra, de Loures, de Vila Franca de Xira e de Cascais.

Os leitos das ribeiras e os colectores foram insuficientes para escoar os caudais de água que caíram ininterruptamente durante horas seguidas — e então deu-se a tragédia que, para além de todos os danos materiais que causou, de ciclópica extensão, provocou um número aterrorador de vítimas e de sinistrados.

Muita gente ficou sem os seus haveres, mesmo sem nenhuns, nem sequer com o tecto a que se abrigava, mas se algum conceito proveitoso é possível extrair de tamanha e tão impiedosa calamidade, assinale-se o movimento de solidariedade humana, que se formou em favor das populações atingidas.

Desde as múltiplas subscrições, de fundos e de artigos de auxílio imediato, até à prestação individual de socorros e de assistência moral, pode dizer-se que esse movimento teve uma grandeza igual à grandeza da tragédia.

Moveram-se para o Bem todos os corações generosos e, se possivelmente nem tudo foi acudido, os que deram e os que contribuíram com dádivas ou com trabalho espontâneo criaram em torno dos sinistrados um clima de presença cristã e de conforto moral.

Não se pode dizer mal dum povo que assim procede na hora da desdita. Assinalemos, pois, que houve uma grande calamidade pública, mas que houve também um expressivo e eloquente movimento de solidariedade nacional.



A INAUGURAÇÃO DA AVENIDA GULBENKIAN

por HUGO RAPOSO

Não é da índole desta Revista fazer a reportagem dos acontecimentos do dia-a-dia citadino. Essa missão tem estado localizada, e muito bem, na Revista Municipal. Porém, no caso que intitula este artigo é efectivamente de abrir uma excepção, que aliás duas poderosas razões justificam: falar do patrono toponímico da nova avenida lisbonense e comentar a importância que esta assume imediatamente no aperfeiçoamento do sistema interno de comunicações.

Escolheu o Sr. General França Borges o dia festivo da cidade — 25 de Outubro — para o acto inaugural, que efectivamente decorreu com a solenidade apropriada. Não só se abriu ao trânsito rápido uma nova artéria de grande escoamento, mas fez-se também do facto uma verdadeira comemoração pública, com a excelsa presença do Chefe do Estado, do Presidente da Fundação Gulbenkian e outras individualidades. Houve discursos e razão bastante para tal.

Realmente, na abertura de novas vias, raras vezes alguma se aproximou em importância. Uma delas foi a Avenida da Ribeira das Naus, e os «Amigos de Lisboa» também dessa vez fizeram sentir, como agora, o seu aplauso, justo e consciente.

A cidade, assente sobre um relevo orográfico de caprichosos recortes, vive das graças deles, mas sofre das suas sinuosidades. Além disso, os perfis antigos, planeados para as carruagens de outrora, atrofiam e entorpecem as soluções modernas, adequadas às realidades actuais e, por outro lado, não pode adoptar-se como sistema demolir tudo o que cá encontramos. Lisboa deixaria de ser Lisboa. No caso, a acção doutrinária deste

Grupo tem sido persistente e nem em tudo se pode dizer que temos estado a bradar no deserto. Existe hoje uma consciência generalizada de que a cidade deve conservar o seu carácter.

O traçado da Avenida Gulbenkian não só não buliu em relíquias veneráveis como veio desvendar panorâmicamente mais uma nova fisionomia do aqueduto joanino. Com a mesma franqueza com que se censuraria um desacerto, se aplaude o senso dos técnicos intervenientes no delineamento. É certo que na aproximação da Avenida de Ceuta parece haver uma malha excessiva de ramificações, com ângulos pronunciados e mudança brusca de cotas, mas um estudo desta natureza é por de mais complexo para ser comentado sem o conhecimento de todas as premissas. Criticar é fácil. Conceber e realizar é mais difícil.

Mas a nova Avenida não deve ser examinada apenas como um canal de desafogo rodoviário. Por agora apenas se consumou o processo da sua abertura ao trânsito e era tempo. Os técnicos e os artistas da urbanização decerto saberão tirar partido, criando novos cenários estéticos. Os serviços de jardinagem e arborização da Câmara, dirigidos como estão por um espírito cheio de juventude e engenho, já fizeram sentir ali a sua presença e adivinha-se que terão a dizer-nos muito mais, para alindar o caminho que vai do Palácio dos Meninos de Palhavã para a Rabicha, Pimenteira e Ponte Salazar.

Os acidentes paisagísticos poderão ser valorizados e para isso não vale a pena ser impaciente. A Praça de Londres, quando nasceu, não passava duma placa arrelvada. Hoje é um centro cívico cheio de interesse e movimento. O reduto de Montes Claros na primeira fase da remodelação foi apenas um miradouro, aliás excepcional, e agora é um logradouro com várias atracções.

Todavia não é cedo de mais para como que assentar doutrina: a de que a Avenida Gulbenkian por várias e intuitivas razões (e justamente porque se chama Avenida), passado o período da urgência da sua integração no trânsito, seja objecto de um cuidadoso estudo estético, não alcançado por meio de disfarces ou camuflagens, sistema que se não condena, quando usado para fins de emergência. O entendimento urbanístico do diálogo Avenida — aqueduto requer, porém, a intervenção de factores muito representativos, de obras sérias e arranjos sérios, de feição definitiva que se não ridicularizem perante a monumentalidade do aqueduto.

Houve festa grande, portanto, em Lisboa no dia 25 de Outubro. Levante-se um brinde sincero e sem reservas ao insigne Amigo de Lisboa, o Sr. General França Borges e a todos os que com ele e sob a sua dinâ-

mica influência dotaram a capital duma bela avenida que tão útil vai ser à facilitação das comunicações.

Ficaria incompleto este relato, se não se falasse também do glorioso benemérito, cujo nome apadrinhou a nova Avenida — Calouste Gulbenkian — arménio de nascimento, mas afinal um lisboeta adoptivo. Não se pode dizer que esse Homem, tanto tempo desconhecido do público, não se tornou um enamorado desta terra. Os seus meios largos e as suas fontes distribuídas por tantas partes do Mundo asseguravam-lhe a liberdade e permitiam-lhe o capricho da escolha para se fixar onde melhor entendesse. Para um governador de bens daquela extensão não podia haver limites ou fronteiras nos desejos que ele pudesse acalentar de viver aqui ou além. Só é honroso para os Portugueses em geral e para Lisboa em particular que esta tivesse sido a terra eleita pelo seu coração e pelos seus sentimentos para se fixar até ao fim da vida: cidade à qual ele nada pediu senão a paz do nosso viver, a claridade da nossa luz e a amenidade do nosso clima, que decerto gozou e apreciou, com tanto agrado e enlevo que inspiraram ou deixaram inspirar magnânimas e perpétuas disposições vinculatórias, das quais uma, de universal repercussão no mundo das Belas-Artes — o Museu Gulbenkian — vai ter a sua eclosão dentro de dois anos, por ocasião das cerimónias comemorativas do seu nascimento, segundo revelou em discurso o nosso querido consócio Sr. Doutor Azevedo Perdigão.

UMA TRILOGIA DE MUSEUS

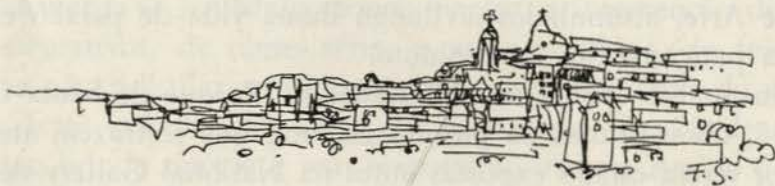
A partir desse dia a capital da lusitanidade poderá ufanar-se de possuir três museus da maior celebridade: o das Janelas Verdes, o dos Coches e o de Calouste Gulbenkian. O conteúdo deste último e a sua disposição não são conhecidos, mas, a avaliar pelas peças mostradas em exposições temporárias no Museu de Arte Antiga e mais largamente no Palácio Pombal em Oeiras, é perfeitamente intuitivo que as colecções de Gulbenkian não são formadas por banalidades, mas por verdadeiros tesouros de Arte, acumulados ao longo duma vida de paixão esclarecida e orientada para um fim de conjunto.

Certamente vão poder ser admiradas no Parque de Santa Gertrudes, em Palhavã, obras-primas da pintura clássica, que já trazem atestados de nobreza por terem estado expostas antes na National Gallery de Londres, na National Gallery of Art de Washington e no Palácio da Avenida

Iena em Paris, locais inacessíveis a lugares comuns. Ao alcance da nossa contemplação teremos então Rubens e Van Dick, Degas, Fragonard e Renoir, Lawrence e Rembrandt e, na escola italiana dentre outras maravilhas, aquelas inesquecíveis dez telas de Francesco Guardi que já puderam ser admiradas nas Janelas Verdes. A respeito destas últimas é curioso notar como cedo e muito novo (aos 30 anos), Calouste Gulbenkian se apercebeu do mérito deste pintor, pois foi em 1900 que adquiriu o primeiro quadro, e em 1907 mais dois; depois em 1908, em 1919; finalmente em 1921 o «Dia de Festa no Grande Canal de Veneza», tela em que o pintor juntou à alegria habitual das suas cores predilectas, o movimento e a figuração, a largueza e profundidade das perspectivas, extraordinário documento pictórico e etnográfico, até chegar à reunião num só local das dez peças que andavam dispersas. Dá a impressão de que Gulbenkian se pôs na peugada delas até as reunir na sua mão. Foi um acto de visão e inteligência. É um privilégio raro ter ao alcance da nossa vista as dez preciosas telas de Francesco Guardi. Estão em Lisboa.

Quando se alude ao nosso museu de Arte Antiga e ao dos Coches é evidente que não se pretende formar nenhum juízo comparativo e isso de resto não interessa. Mas com aquilo que desde já se pode ajuizar que será o Museu Gulbenkian, até na dimensão das instalações, não é prematuro nem extemporâneo vaticinar-se que o entrelaçamento dos três museus, situados na mesma urbe, tornará a cidade de Lisboa, para os amadores de Arte e para os estetas, um centro fulgurante de chamamento e uma estrela cintilante no firmamento das Artes.

Se outros motivos, em que no plano nacional se enquadra a figura nobilíssima de Calouste Gulbenkian, não fossem bastante para as homenagens à sua memória, no que se refere apenas à nossa cidade, é só por si o caso do Museu Gulbenkian o bastante para os componentes desta colectividade o considerarem a título póstumo um notável Amigo de Lisboa.



Evocação da Cerimónia Inaugural do Monumento a Camões

REPORTAGEM RETROSPECTIVA

por HUGO RAPOSO

Foi a 9 de Outubro de 1867 que se inaugurou com pompas reais a estátua do Épico, numa das mais notáveis solenidades do século passado. Os Amigos de Lisboa não costumam olvidar as datas célebres da História da Cidade nem os seus vultos mais eminentes. No caso, as duas razões entrelaçam-se, motivo de sobra para que no Olisipo se archive a compilação de todos os informes que foi possível recolher em várias fontes fidedignas e fazer a reconstituição do grande acontecimento.

Verdadeiramente deverá chamar-se uma reportagem retrospectiva e mais do que isso não será. De resto, no ponto de vista literário, que nos seria possível dizer de novo de Luís de Camões se, sobre a figura empolgante do poeta e na análise da sua obra gloriosa e sublime se debruçaram os nomes mais ilustres das letras lusitanas, como Almeida Garrett, António Feliciano de Castilho, D. Carolina Michaelis, Teófilo Braga, José Maria Rodrigues, Pinheiro Chagas e tantos outros, estrangeiros até, que poderíamos nós pobre letrado de Cristo acrescentar?

Por isso vamos directos ao acontecimento. Está um dia radioso de sol. Cedo se começa a viver na cidade o ambiente de festa. Não havia eléctricos, não havia automóveis, os episódios citadinos eram vividos com mais entusiasmo e interesse; o lisboeta participava mais largamente nas suas solenidades do que hoje, porque não se evadia para longe, à procura de ar puro e de sol, por falta de meios de locomoção. Ponderemos ainda que por essa altura a população de Lisboa rondava pelas 200 000 almas, uma quinta parte do censo actual e as pessoas de algo conheciam-se quase todas umas às outras.

A inauguração do monumento era acima de tudo para o grande público uma festa, com ornamentações e música (ainda se usava música nesse tempo) e por isso o povo compareceu. Era o tributo consagrante

da cidade ao poeta nacional. Logo havia de estar presente a elite do pensamento, a alta roda da sociedade, para mais partindo-se do nível representativo que vinha da presença do rei — o Senhor D. Luís.

Depois, tudo que custa muito a conseguir mais se estima e o monumento a Camões não foi fácil, se atentarmos no testemunho de Pinho Leal, que diz no *Portugal Antigo e Moderno*:

Havia muitos anos que os Portugueses pretendiam pagar uma dívida sagrada, erigindo um monumento que levasse às gerações por vir o nome e fama do poeta, que tanto exaltou a sua Pátria, fazendo-a conhecida por todo o Mundo, pela leitura do seu imortal poema.

Em 1860, por iniciativa do nosso ilustre escultor o Sr. Vítor Bastos, se formou uma comissão de cavalheiros distintos para promoverem subscrições para se levar a efeito esta obra.

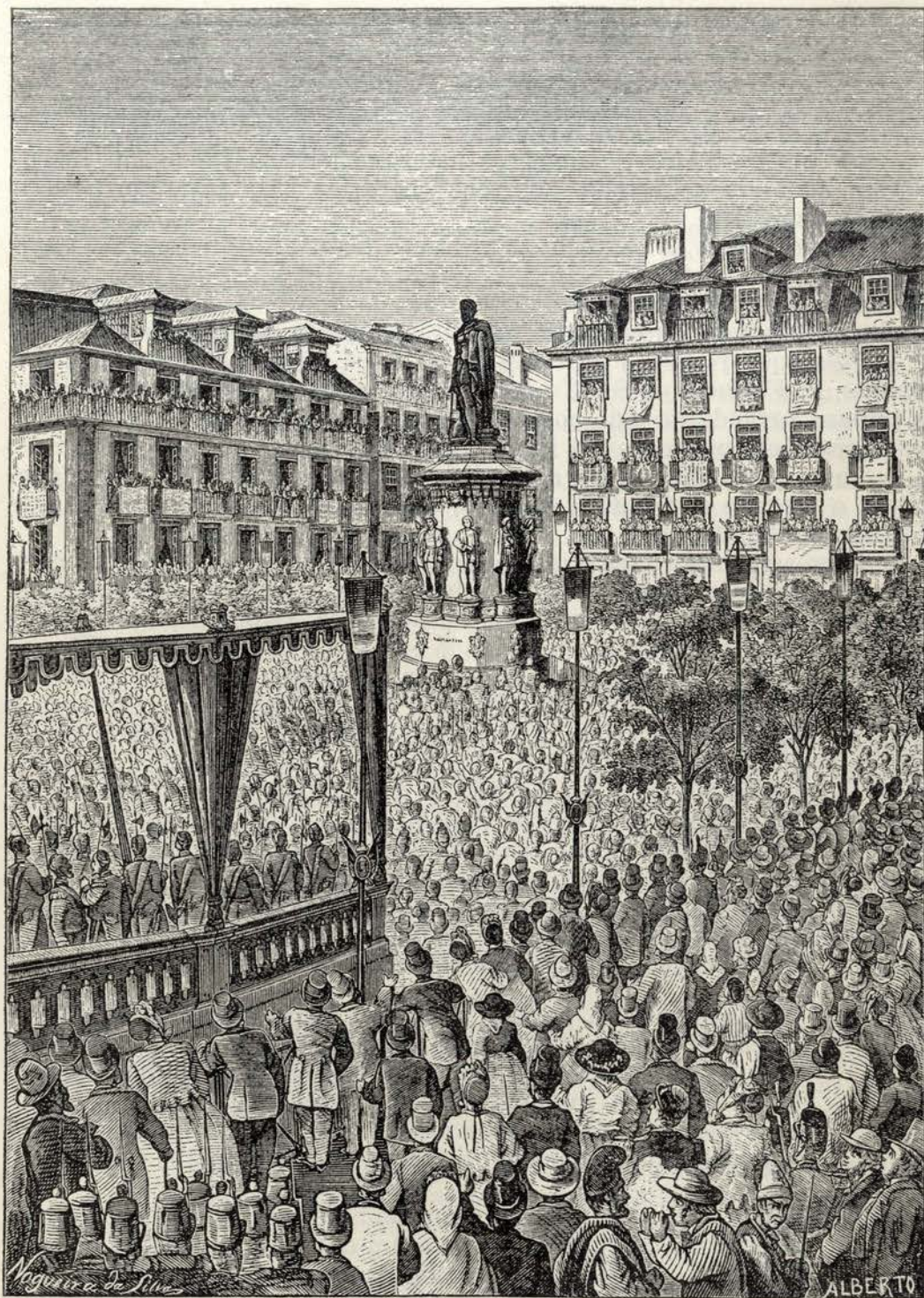
Depois de recebidos alguns donativos, se lançou a pedra fundamental no dia 28 de Junho de 1862, collocando-se por baixo dela um cofre, contendo o auto da cerimónia, as moedas nacionais e uma lâmina de cobre prateada, com uma inscrição latina adequada. Esteve mais de cinco anos o monumento só com o pedestal, em razão de muitas misérias, cuja relação é imprópria desta obra, até que finalmente se concluiu».

Ontem como hoje, hoje como ontem, erigir um monumento ocasiona as mais imprevistas discussões. Foi o caso da estátua de D. Pedro IV, que afinal só vingou à segunda tentativa. Foi o caso da estátua do Conde de Oeiras, que ainda hoje mesmo não reúne o consenso geral. Foi o caso muito recente da estátua do Santo Condestável.

Todavia o monumento a Camões lá está. Diz o mesmo Pinho Leal que a estátua foi feita do bronze de canhões antigos, que estavam no Arsenal Real do Exército, e fundida na fábrica Perseverança, sendo o principal fundidor Alexandre das Neves, que era um curioso. Havia feito antes uma tentativa o francês Luís Baptista Berry, que foi mal sucedido no ponto de vista técnico da fundição. E assim, como era lógico, a estátua do Épico é obra de portugueses, homenagem perpétua da cidade de Lisboa ao maior poeta da língua portuguesa e o único verdadeiramente universal.

No dia 9 de Outubro, todas as atenções da população se voltavam pois para o sítio do Loreto. As ornamentações, a tribuna real, os acordes da música e, sem dúvida, o patriótico significado da solenidade atraíram para ali massas de povo.

Desde pela manhã que por toda a cidade e principalmente nas cercanias do monumento, numerosos vendedores, os profissionais e os de ocasião, ofereciam à venda publicações alusivas à festa, relatos biográficos e literários do Poeta e o seu retrato, assim como a descrição e a estampa da estátua, que muita gente adquiria.



9 de Outubro de 1867: Inauguração do monumento a Camões, em Lisboa.

(Do *Archivo Pittoresco*)

Às 10 horas da manhã foi rezada missa na igreja da Encarnação por alma do Jau, fiel companheiro e amigo de Camões, inseparável nas suas grandezas e principalmente nas suas desditas. Ideia cheia de ternura histórica. Compareceu gente do povo e também o presidente do Albergue dos Inválidos do Trabalho com todos os seus albergados.

Os proprietários de diversos estabelecimentos fabris de Lisboa deram meio-dia de feriado aos seus operários para poderem assistir à festa inaugural.

Há por todas as redondezas um mar de povo. As tropas da guarnição de Lisboa estão formadas no Largo das Duas Igrejas e na Rua do Alecrim. A artilharia estaciona no Cais do Sodré. A guarda real dos archeiros forma alas em volta da tribuna real e do monumento.

Pelas quatro horas da tarde chega S. M. el-rei D. Luís, seu pai o Senhor D. Fernando e S. A. o infante D. Augusto, que se dirigem para a tribuna armada no lado norte da praça, tendo recebido a continência das forças em parada e foi içado o pavilhão real.

Logo que S. M. ocupou o seu lugar, a banda dos marinheiros executou a marcha dedicada a Camões, escrita expressamente por Artur Frederico Reinhardt.

Forma-se então o cortejo. Vão à frente os porteiros da real câmara com as maças de prata e logo os reis de armas, arautos e passavantes com as suas cotas. Seguiam-se as corporações, tribunais, autoridades e mais pessoas convidadas, guardando entre si a ordem de precedência, a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, a Academia Real das Ciências, o Conselho Geral da Instrução Pública, a Universidade de Coimbra e mais corporações científicas, literárias e artísticas, a Comissão Central dos Subscritores do Monumento, os titulares e mais pessoas da corte, indo os grandes do reino na ala direita e as outras personagens na ala esquerda, os membros do corpo legislativo, o Conselho de Estado, o ministério e por último Suas Majestades e Alteza, seguidos dos gentis-homens da real câmara e ajudantes de campo.

Na ausência do presidente da Comissão Central, que era o Duque de Saldanha, o vice-presidente, comendador Francisco de Paula Santiago, lê uma alocução, que termina com as seguintes palavras:

«Símbolo da nação, V.M. não podia faltar a esta festa parental; acudiu a ela espontâneamente e, tendo por suas reais mãos assentado a pedra fundamental deste monumento, agora com seu augusto Pai vai descobrir o Colosso. Dois soberanos coroam um soberano. É o representante das modernas conquistas honrando o cantor das conquistas passadas».

Terminada esta alocução, o mesmo senhor toma os dois cordões da cortina que ocultava a estátua, entrega um deles ao presidente do conselho de ministros, Joaquim António de Aguiar, e outro ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que por sua vez ofereceu o primeiro a S.M. e o segundo a seu pai, o Senhor D. Fernando.

É este o momento culminante da cerimónia. Fez-se silêncio, e toda a gente se descobre. As tropas apresentam armas. A banda da Guarda Municipal, com 210 executantes, toca a marcha escrita para o efeito pelo afamado músico Guilherme Cossoul e sob a sua própria regência. Ao mesmo tempo, subia no ar uma girândola de foguetes, correspondida por uma salva no Castelo de S. Jorge e outras fortalezas e ainda pelos navios de guerra surtos no Tejo.

O Senhor D. Luís proferiu então o discurso real, sem arrebatamentos oratórios, antes com dignidade própria do soberano, e tem frases de belo conceito:

«Ao inspirado cantor do maior cometimento que estremeou a antiga da nova sociedade — a abertura do oceano e a descoberta do novo mundo — era devido este tributo prestado pela nação a quem a principal glória daqueles factos pertence. Venho eu prestá-lo em seu nome com emoção e com orgulho.

Se os governos de sabedoria, aproveitando as condições do seu tempo, souberam preparar para Portugal dias de imortal glória, Luís de Camões, cantando essas glórias, conquistou para as letras pátrias, reputação igual aos feitos que celebrou».

Diz ainda D. Luís:

«Para louvar Luís de Camões basta escutar a fama: é a voz do séculos que inspira o seu elogio. Esse monumento consagraram-lho já os nossos maiores, porque nunca a consciência do povo esquece o nome dos seus homens ilustres. O nome do grande poeta, inscrito no elevado pedestal da fama, ao lado dos primeiros poetas do Mundo, descansa seguro de que nunca será esquecido.

É por isso que levantando no bronze um monumento a Luís de Camões não elevámos mais o seu nome: vinculámo-lhe sim o reconhecimento e a admiração da Pátria».

Assim terminou S.M. o seu discurso e, porque a presente narrativa trata duma reportagem retrospectiva, não queremos deixar de aqui reproduzir algumas das belas palavras escritas a propósito, na ocasião, pelo grande nome das letras que foi Pinheiro Chagas, para o «*Archivo Pittoresco*»:

«Súbito reinou silêncio profundo e apenas um vago frémito percorreu a turba aglomerada. Mas logo o canhão ergueu a sua voz sonora, em salvas triunfais, curvaram-se os estandartes em saudação guerreira, o hino grave e majestoso ressoou de todos os lados em homenagem solene. É porque se rasgara o véu, e imóvel, sereno, grandioso, banhado de sol, fortemente nas suas vestiduras de bronze, ao contacto da chama pa-

triótica, surgira aos olhos de todos, erguido no seu pedestal de mármore, mais erguido ainda no seu pedestal de glória, poissando a mão na espada, apertando ao peito o seu imortal poema, o vulto sublime de Camões.

Eis-te enfim, poeta! Eis-te enfim, pálido náufrago que boiaste durante séculos neste pélagos confuso de desventuras e de misérias, levantando acima das ondas o livro das nossas glórias. Quando o baixel se desconjuntou, caíste na voragem, envolto na bandeira nacional, e agora, arrancando dos ombros essa mortalha sublime, apareces inundado de luz, espectro que és hoje estátua, Lázaro que és hoje um Cristo, mendigo que és semideus».

Terminada a cerimónia inaugural pròpriamente dita, o vice-presidente da Comissão pede vénia a Suas Majestades para lhes apresentar o autor do monumento, o escultor Vítor Bastos, a quem o Senhor D. Luís conferiu o grau de oficial da Ordem de S. Tiago. Aquele artista deixou uma vasta obra escultórica, como por exemplo no Arco da Rua Augusta.

António Vítor de Figueiredo Bastos — seu nome completo — era lisboeta de nascimento e muito jovem se tornou artista de mérito. Doutra forma se não explicava, pois quando lhe foi confiada a execução do monumento a Camões, tinha apenas trinta e um anos. Exerceu o professorado na Universidade de Coimbra e na Escola de Belas-Artes de Lisboa.

A estátua, como todas as obras de arte, é susceptível de várias apreciações, mas uma coisa é certa: a sua escala está de harmonia com as dimensões da praça e o Épico nela sobressai e se evidencia, rodeado pelas estátuas de outras excelsas figuras, que são:

O cronista Fernão Lopes, o cosmógrafo Pedro Nunes, os historiadores Eanes de Azurara, João de Barros e Fernão Lopes Castanheda, os cantores das nossas glórias navais Vasco Quevedo e Jerónimo Corte Real e Francisco de Sá de Meneses.

Logo que a estátua ficou patenteada e oficialmente inaugurada, tornou a formar-se o mesmo cortejo, com a mesma ordem de precedências, vindo agora em direcção à tribuna, donde havia saído antes e aí, o vice-presidente da Comissão oferece a Suas Majestades um exemplar da medalha comemorativa da solenidade, com a cabeça do poeta, coroada, de louros e com a legenda: «A Luís de Camões a Pátria reconhecida».

Finalmente foi lido e assinado o auto da cerimónia, tendo sido tirados dois traslados, um para o arquivo da Torre do Tombo e outro para o arquivo dos Paços do Concelho.

Aqui termina a reportagem pròpriamente dita da inauguração. Acrescente-se que as ornamentações se destacavam, não pela extravagância, mas pela simplicidade. Na praça estavam armadas duas tribu-

nas, uma para as pessoas reais e corte, a outra para o corpo diplomático e demais convidados.

Naturalmente os sinais de festa não estavam confinados ao recinto da inauguração. Alastravam por toda a cidade. Havia iluminações em todos os edifícios públicos e em grande número de casas particulares, nomeadamente na Escola Académica, que tivemos o privilégio de frequentar como estudante — cujo belo edifício estava iluminado com 350 bicos de gás.

Nesse dia muita senhoras cobriam a cabeça com lenços, em que estava estampada litograficamente a gravura da estátua.

O ourives Estêvão de Sousa apresentou na montra do seu estabelecimento, na Rua do Ouro, 107, um busto de Camões, de prata, assente sobre um livro também de prata, belo trabalho de ourivesaria que foi muito admirado.

A família real ofereceu nesse dia um baile nos jardins do Palácio de Belém, ao qual assistiram o príncipe de Leuchtenberg e seu séquito, assim como as pessoas da corte, tendo estado também a Comissão do Monumento e o autor do projecto, o escultor Vítor Bastos.

À noite muito povo concorreu ao Loreto para admirar as iluminações e para escutar os concertos alternados da Filarmónica dos Alunos de Minerva e da banda dos operários da Fábrica Agostinho Roxo, que tocaram nos coretos da praça «com bastante correcção e bravura».

Uma nota curiosa e pitoresca da reportagem, publicada no «Diário de Notícias», em complemento do seu noticiário:

«Não houve felizmente grandes desaguisados na véspera da grande festa nacional. Um serralheiro maltratou um seu concidadão. Perdeu-se um saco e um chapéu de copa alta. Um ébrio apitou sem motivo. Outro se deitou no meio da rua. Foi detido um jumento que andava abandonado. Houve uma pequena desordem em Belém e um oleiro quebrou parte da mobília de uma mulher».

Restará dizer que vários poetas escreveram versos a propósito da inauguração da estátua, que foram publicados naquela ocasião, e assim termina a reportagem sobre um dos maiores acontecimentos do século passado, com o qual, no dizer dum cronista da época, a cidade de Lisboa se desendividou perante a História para com o grande vulto das letras pátrias.

Cem anos volvidos não temos que nos envergonhar da forma como essa dívida foi saldada. Os Lisboetas de hoje, que os Amigos de Lisboa representam como expoente da sua cultura, não esquecem, como os de então, a glória que a civilização lusitana deve a essa extraordinária figura de poeta que foi Luís de Camões.

O ÉPICO

Pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

1. «*Os mais são colinas, ele é a montanha*».

Sirvam-me os dois expressivos versos de João de Deus para intitular as considerações simples que vou ler, nesta noite outonal de consagração a Camões pelos Amigos de Lisboa.

Usei intencionalmente o adjectivo aplicado a esta noite, porque o Outono anda ligado nas tradições e nas bocas do povo às ideias tristes do abandono e da morte, da desolação e do esquecimento, como fase última e inevitável do ciclo anual da vida, que a Natureza prepara no Inverno, faz surgir na Primavera e desenvolver no Verão. Tempo de abandono ou de esquecimento, de tristeza, eis o Outono, tão pouco amado, muito embora as almas saudosas o vejam com outros olhos. As almas saudosas, as que têm a recordação firme, as que vivem o passado como momento presente, as que não deixam que o Outono seja Outono, aquelas para quem a vida não se perde — as almas saudosas, as almas que não esquecem! Temo-las nós, que vimos aqui lembrar o Poeta, quase motivo apenas, hoje em dia, para a designação oficial de *Génio da Raça*, da interjeição tradicional *Grande Génio*, da admiração escolar compulsória *O Maior de Todos*, e afinal realmente génio maior para poucos. Quantos ele consagrou — os homens que deram novos mundos ao Mundo — não souberam, e os descendentes deles sabem pouco do Poeta e esse pouco é geralmente mau: melhor fora que o não fora.

Luís de Camões, que foi homem de corte (di-lo a *Lírica*) e homem do povo (dizem-no as *Cartas*), homem de altos pensamentos (demonstra-o o Poema) e homem socialmente vulgar (conta-o a sua biografia), Luís de Camões não chegou ao homem da rua, senão ocasionalmente e sempre por tempo limitado; nem mesmo transformado pela fantasia conseguiu a aura de Santo António, de Bocage ou de Pombal, ou até — e espero que não cause estranheza alguma o que vou dizer — a aura popular de Gago Coutinho.

«Pois não lêem aquele livro que é para dar memória aos mais esquecidos?», perguntava a menina Dona Maria de Noronha ao seu fidelíssimo Telmo, que lhe respondia: «O livro sim: aceitaram-no como o tributo de um escravo. Estes ricos, estes grandes, que oprimem e desprezam tudo o que não são as suas vaidades, tomaram o livro como uma cousa que lhes fizesse um servo seu e para honra deles. O servo, acabada a obra, deixaram-no morrer ao desamparo, sem lhe importar isso...».

«Ora, há coisa de um ano [narra Aquilino], os passarinhos desertaram dos ulmeiros da Praça de Camões. Porquê? perguntaram-se os sócios da Protectora e um ou outro maduro de homem, dos que ainda olham para o céu. Como se compreende que se fossem da praça sossegada os seus habitantes oficiais, assíduos, como as pombas, em volta de Camões, a vê-lo declamar os *Lusíadas*, e dos cronistas a meditar suas patranhas?» (*Arcas Encoiradas*, p. 80, 3.^a ed.).

E em paráfrase livre, pergunto: *Como se compreende que se fossem da praça sossegada os que deviam ler os versos de Camões, pensar e repensar os seus conceitos, venerar-lhe a memória, seguir-lhe os exemplos, admirar a sua poesia e penetrar os seus idealismos?*

Telmo dizia à filha de Manuel de Sousa Coutinho: «Oh! O meu Luís, coitado! Bem lho pagaram! Era um rapaz mais moço do que eu, muito mais... e quando o vi a última vez... foi no alpendre de São Domingos, em Lisboa, — parece-me que o estou a ver! tão mal trajado, tão encolhido... ele que era tão desembaraçado e galã... e então velho! velho alquebrado — com aquele olho que valia por dois, mas tão sumido e encovado já, que eu disse comigo: *Ruim terra te comerá cedo, corpo da maior alma que deitou Portugal!* — E dei-lhe um abraço... foi o último... Ele pareceu ouvir o que me estava dizendo o pensamento, cá por dentro, e disse-me: *Adeus, Telmo! São Telmo seja comigo neste cabo da navegação... que já vejo terra, amigo.* — E apontou para uma cova que ali se estava a abrir. Os frades rezavam o ofício dos mortos na igreja... Ele entrou para lá, e eu fui-me embora. Daí a um mês vieram-me aqui dizer: *Lá foi Luís de Camões num lençol para Sant'Ana!* E ninguém mais falou nele».

Quando se tentará nova e enèrgicamente a introdução da obra de Camões e da veneração de Camões na inteligência e nos sentimentos de todos nós, para que ele não permaneça quase isolado no cume da montanha, tão alta e inacessível que melhor fora não se ter feito a exaltação? É preciso que não seja grande simplesmente para alguns — mas para todos. Falando no Poema, lá adverte o bom do Telmo: «Oh! Oh! Livro para damas, e para cavaleiros ...e para todos: um livro que serve para todos, como não há outro, tirante o respeito devido ao da Palavra de Deus!»

Bom foi que o Senhor Hugo Raposo tivesse tido a generosa ideia de comemorar agora e aqui o centenário da inauguração do monumento lisboeta a Camões, para que a efeméride servisse de expressiva home-

nagem, tão justa em altura de tão necessária confiança nas virtudes dos Portugueses — que todos somos — e de inteira compreensão pelos nossos defeitos; em altura de tanto precisarmos do forte querer para construirmos a barreira às contrariedades. E donde virá a lição? A resposta está na presença dos Amigos de Lisboa e dos Amigos de Camões — reunidos nesta sala para a comunhão no Ideal expresso nos *Lusíadas*: não é a epopeia do comerciante, como interpretou Edgar Quinet, não é a epopeia da aristocracia, como muitos lêem, nem a epopeia de um povo, como sugere a proposição, nem a epopeia de um herói, conforme a técnica do próprio poema, — mas a epopeia do Homem — animado pela Inteligência que lhe foi concedida e pela Esperança que lhe foi vinculada. Os *Lusíadas* são, nos limites do seu tema, a epopeia portuguesa, mas, sem lhe prejudicar o tom nacional, podem ser e têm de ser a história e a recompensa da Humanidade na luta pelo domínio do ambiente. São o abraço de civilizações, de oceanos, de continentes, cujo primeiro arqueio partiu de Portugal. Pudessem ou quisessem o Mundo ler Camões e entendê-lo assim — e teríamos cumprida a mensagem do passado português.

Deu-nos a Antiguidade a grandeza de Ulisses para símbolo do grande romance humano; os Tempos Modernos trouxeram-nos a lição camoniana como expressão das grandes vitórias alcançadas na chegada ao Índico e ao Pacífico, à América e ao Extremo Oriente.

2. A Língua Pré-Camoniana

Temos de admitir no século XV uma profunda transformação na linguagem portuguesa, que precisa de se tornar apta para exprimir circunstâncias desconhecidas na centúria anterior. A expansão — quer se desenvolva no sentido da conquista norte-africana quer se oriente no descobrimento da costa ocidental ou das ilhas esparsas pelo oceano — exige um vocabulário e uma capacidade expressiva que satisfaça a exposição oral e escrita dos autores filósofos e moralistas, dos técnicos desportivos, dos narradores e intérpretes da História, dos práticos e dos técnicos da navegação, saídos da Escola de Sagres e da Universidade de Lisboa. Como poderia deixar de ser assim, se a exigência das circunstâncias era premente? E as deficiências que os gramáticos e os estilistas notam nessa linguagem são verdadeiras, mas justificam-se pela própria rapidez evolutiva — algo semelhante ao que se dará no século XVI, até Camões aparecer para lhe imprimir a forma estabilizadora, que irá abrir-lhe as portas da excepcional perfeição de seiscentos.

Por isso a apreciação do estilo dum escritor da primeira metade do século XVI tem as suas dificuldades, dado que a língua ainda não se sujeitara a uma disciplina de certo rigor, como se verificará na centúria seguinte. Recorde-se que a primeira vez em que se nos depara a consciência da autonomia da língua será naquela *arte poética* («Arte de Trovar») do século XIV apensa ao Cancioneiro da Biblioteca Nacional,

ou noutra obrinha, quem sabe? (em menor volume), o pequeno dicionário de verbos latinos (com o correspondente significado português) da mesma centúria; claro que não se fala da tal oficialização da língua no tempo de D. Dinis (falecido em 1325), pois que nunca ninguém leu determinação sobre isso (generalizou-se o uso da língua e nada mais se pode dizer). Mais pròpriamente o primeiro documento da consciência da autonomia linguística (não esquecendo que ela fora usada como língua poética peninsular) e da sua metodização segundo regras é aquela página célebre de D. Duarte (falecido em 1438) sobre a maneira de bem traduzir.

A linguagem poética, desde sempre mais regrada, não facilita a sistematização linguística (pelo contrário, quantas vezes a prejudica!); mas tirando o impressionante caso da transplantação para além-fronteiras do *Amadis de Gaula*, ou do génio assombroso (sem precedentes e talvez sem consequentes) de Fernão Lopes, a prosa portuguesa arrasta-se sem se lhe notar ascensão (é antes de altos e baixos, melhor, desnivelada: sobe muito em Fernão Lopes, desce, embora sem degradação, em D. Duarte, complica-se, ainda que expressiva, em Azurara, banaliza-se em Rui de Pina, desorienta-se em Garcia de Resende — repare-se naquela imperfeição do famoso prefácio do *Cancioneiro Geral* —; Bernardim é um grande escritor pelo tema e pelo colorido de forma, mas não é um estilista: experimente-se sujeitá-lo a uma análise sintáctica e ver-se-á quão ínvia é a sua prosa). Apenas por meados do século XVI surgem os grandes prosadores: Damião de Góis, João de Barros, Francisco de Moraes (será este o maior de todos), Frei Heitor Pinto. É nesta altura que aparecem os gramáticos: Fernão de Oliveira com a primeira gramática em 1536, e João de Barros com a segunda em 1540; e o estudioso da origem da Língua, Duarte Nunes do Lião.

Estamos pelo meio do século XVI: deixando já muito para trás um grande momento da prosa portuguesa (Fernão Lopes) e recordando um ou outro momento da poesia (D. Dinis, João Rodrigues de Castelo Branco, Bernardim, Gil Vicente) temos que nesta altura marcam posição os grandes nomes da nossa literatura e da nossa língua, que formam uma plêiade.

É a época do Renascimento nas Letras e nas Artes (às Ciências chegou ele antes de aparecer lá fora — surgira em Portugal com a epopeia dos Descobrimentos) — a época do Humanismo, do Classicismo, do Naturalismo, do Individualismo.

Já podemos falar não só de uma língua organizada, autónoma, e madura bastante para se lançar no Mundo à conquista duma posição distinta: torna-se conhecida e falada em todos os continentes e durante longo tempo será a língua comercial do Oriente. Enriquece-se com vasto vocabulário e enriquece outras línguas; podemos falar duma língua sistematizada, disciplinada pelos gramáticos. Estamos agora numa época de grandes prosadores e poetas. Como no século anterior, o espanhol, melhor lhe chamaríamos o castelhano, ainda tem larga influência na

literatura portuguesa: Gil Vicente, por exemplo, conhece a nossa língua como poucos; Camões criou o Português moderno; contudo, ambos, como muitos outros, usam a língua espanhola sem que isso signifique que cultivem mal a portuguesa. Aparecem então os amantes ciumentos do idioma nacional; um, por exemplo, que sem o dizer apenas o emprega (Bernardim); outro que com entusiasmo e exuberância o exige sempre (António Ferreira: veja-se a célebre carta a Pêro de Andrade Caminha).

Há aqueles que usam o latim mas não desprezam o Português (por exemplo, Damião de Góis, que domina muito bem ambas), e até na língua originária buscam novas riquezas para a expressão portuguesa.

Todavia em todos eles há ainda um *tom antigo*, que faz lembrar — e desculpem-me o símile — o uso do chapéu alto no vestuário democratizado das nossas ruas.

E repare-se agora em Camões que, para além da profundidade de pensamento ou da elevação das referências, exigentes frequentemente de uma preparação intelectual vasta no leitor, pode ser lido sem dificuldade nem estranheza por pessoas de cultura média — capazes de sentir a sua grandeza, embora não penetrem o seu idealismo. Fica, porém, a garantia de lhe aceitarem o vocabulário ou a sintaxe, a semântica e morfologia — porque são actuais, porque são característicos da língua que falamos e escrevemos nos nossos dias.

Camões define o Português moderno, dando-lhe o poder de reproduzir estados de alma e circunstâncias da realidade — sentimentos ou factos — e as suas ideias e os pormenores, as graças e os critérios.

«Aqui tendes um soneto que vale a metade dos *Lusíadas*» exclama Bocage para William Beckford, e recita:

A formosura desta fresca serra,
E a sombra dos verdes castanheiros,
O manso caminhar destes ribeiros,
Donde toda a tristeza se desterra;

O rouco som do mar, a estranha terra,
O esconder do sol pelos outeiros,
O recolher dos gados derradeiros,
Das nuvens pelo ar a branda guerra;

Enfim tudo o que a rara natureza
Com tanta variedade nos oferece,
Me está, se não te vejo, magoando.

Sem ti, tudo me enoja e me aborrece;
Sem ti, perpétuamente estou passando,
Nas mores alegrias, mor tristeza.

Em seguida, Bocage comenta: «Não escapou ao nosso divino poeta uma única imagem de beleza rural; e como é patética a aplicação da natureza ao sentimento! Que fascinadora languidez, como arrebois do sol

da tarde, se não espalha por sobre esta composição! Se alguma coisa valho, fez-me este soneto o que eu sou...»

Vemo-lo depois voltado para a realidade humana, tão viva que nela se juntam a pintura e a escultura, neste retrato em que José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira contemplam a Infanta D. Maria:

Um mover d'olhos, brando e piedoso,
sem ver de quê; um riso brando e honesto,
quase forçado; um doce e humilde gesto,
de qualquer alegria duvidoso;

Um despejo quieto e vergonhoso;
um repouso gravíssimo e modesto;
uma pura bondade, manifesto
indício da alma, limpo e gracioso;

Um encolhido ousar; uma brandura;
um medo sem ter culpa; um ar sereno;
um longo e obediente sofrimento...

Esta foi a celeste formusura
da minha Circe, e o mágico veneno
que pôde transformar meu pensamento.

Transplantado à realidade psicológica, o Poeta fez a interpretação do Amor, em todos os seus contrastes e suas incertezas:

Amor é fogo que arde sem se ver;
é ferida que dói, e não se sente;
é um contentamento descontente;
é dor que desatina sem doer.

É um não querer mais que bem querer;
é solitário andar por entre a gente;
é um não contentar-se de contente;
é cuidar que se ganha em se perder.

É um estar-se preso por vontade;
é servir a quem vence, o vencedor;
é ter, com quem nos mata, lealdade.

Mas como causar pode o seu favor
nos mortais corações conformidade,
sendo a si tão contrário o mesmo amor?

E nos *Lusíadas* vincula a rudeza da guerra — o tom épico — à ternura maternal — o tom lírico:

Deu sinal a trombeta castelhana,
Horrendo, fero, ingente e temeroso:
Ouviu-o o monte Artabro, e Guadiana
Atrás tornou as ondas, de medroso.
Ouviu-o o Douro e a terra transtagana,
Correu ao mar o Tejo duvidoso,
E as mães, que o som terrível escutaram,
Ao peito os filhinhos apertaram.

3. A Epopeia

Eis-nos no ciclo da *novidade*.

Observada em conjunto, a produção global portuguesa do século XVI corresponde ao período mais notável da nossa vida intelectual. Por isso mesmo é mais de lamentar que alguns autores tenham designado este período por «Italiano». Isto pode conduzir ao erro, muito injusto, de permitir supor-se que de toda a produção quinhentista apenas ressalta a influência italiana. Ora, bem. Ainda que os nossos bucólicos possam ir buscar ao estrangeiro a origem das suas produções, a verdade é que o mais notável de todos eles — Bernardim Ribeiro — foi portuguêsíssimo, e tão português que nunca, como dissemos, usou língua estranha. Se os principais dos nossos líricos usaram a poesia nova, nem por isso o seu sentimento, a forma e a inspiração se manifestam menos portugueses. O poema máximo — *Os Lusíadas* — pode seguir a técnica clássica das epopeias, mas é o mais nacional de todos os poemas que se fizeram em qualquer tempo, em qualquer país. Ao lado do teatro clássico surge o teatro vicentino, tão português na forma como na linguagem, como nas personagens, como no ambiente.

Neste século produzimos uma literatura científica, originalíssima nos métodos e nas informações. E como se isto não bastara demos à Europa um novo género literário: a historiografia ultramarina. Esta última feição universaliza a História pela primeira vez. Para isso contribuíram os descobrimentos, que deram a conhecer ao Mundo novos mundos e consequentemente uma geografia nova, uma nova fauna, uma nova flora, novos povos, novas religiões, novos conceitos políticos e sociais. Todas estas novidades vão permitir a criação de novas ciências e, somadas à expansão comercial, dar novas feições à Civilização. Os Portugueses forçaram a Ciência a sair dos apertados limites em que vivia na Idade Média e demonstraram ao Mundo (claro que não esquecemos a acção dos Espanhóis) que a realidade era muitas vezes diferente do que se dizia, quando não o posta. Daqui por diante a Ciência vai tomar uma nova posição. Se até agora, e por sistema medieval, a Ciência era transmitida à base do critério da autoridade, agora passa a dominar o critério da experiência. Isto quer dizer que durante séculos os homens aceitam sem verificação a lição tradicional dos livros ou a informação religiosa das Sagradas Escrituras; a Ciência não tem mais horizonte, porque o mundo ocidental é também limitado. *Magister dixit* é frase que simbolizava a autoridade do mestre, portanto indiscutível. Mas para o homem novo desta época a experiência sobrepõe-se a tudo. Note-se que este critério é ainda hoje fundamental, quer na prática científica quer no ensino. De resto a invenção da imprensa e a vulgarização do papel facilitaram a imposição desta atitude. Os estudiosos e os estudantes têm agora elementos de estudo mais abundantes e meios de confronto. Da substituição do critério da autoridade pelo da experiência nasceu a dúvida metódica criada por Renato Descartes. Não deve

confundir-se a dúvida metódica com a dúvida céptica; esta é derrotista e acaba por conduzir à indiferença; a dúvida metódica é uma posição activa e honesta. Duvida-se para se rever, para se insistir no estudo, para se fazerem novas experiências.

Se condenarmos a designação de *italiano* para este período em Portugal, como lhe chamaremos então? Sem esquecermos que existe esta, utilizemos as designações de quinhentista, produção ou literatura do século XVI, ou primeiro período clássico.

Chega a altura de recordarmos que acima de quanto fizemos neste século e como facto que não sofrerá o esquecimento, a adulteração ou qualquer quebra da sua pureza, aparece um poema épico que concentra a história, a grandeza e o saber da acção portuguesa. Referimo-nos, claro, aos *Lusíadas*, que Camões publicou em 1572.

Os *Lusíadas* constituem uma produção literária que pelas suas características a tornam única em todos os tempos e em todos os países. Esta opinião não pretende superiorizá-la a outras grandes obras, mas assegurar que ela se iguala em importância e valor ao que de melhor se tenha feito. E, sob certas feições, até este momento é única. Conta-nos a história do povo português, exalta um herói e o seu feito, reúne enciclopêdicamente o saber de uma época. Dos *Lusíadas* foi possível extrair estudos especiais, tais como, uma medicina, uma flora, uma fauna, uma geografia, uma astronomia, uma astrologia; Camões mostra conhecer admiravelmente a língua nacional e o latim, sabemos que conhecia o castelhano, o italiano e é natural que conhecesse o grego e o francês. Conhecia muitíssimo bem as literaturas clássicas, a espanhola e a italiana; conhecia a história grega e romana, a medieval e a do seu tempo; sabia imenso de mitologia clássica e de técnica náutica.

Quando comparamos o poema de Camões às grandes epopeias da Humanidade temos de reconhecer que, por ser um poema nacional, isto é, de todo um povo, acaba por ter maior universalidade do que qualquer das outras epopeias. Vejamos.

A *Iliada*, a *Odisseia* ou a *Eneida* são poemas que se restringem a fases ou épocas reduzidas da vida dum povo. Os poemas gregos dão-nos talvez um sentido de unidade que o povo grego não teve totalmente, porque politicamente nunca conheceu a união; o poema de Virgílio dá-nos apenas a origem remota e lendária do povo romano, e não mais do que isso.

Na Idade Média não há propriamente poemas épicos, mas há poemas heróicos, em que algumas literaturas querem ver a sua epopeia. Os alemães têm *Os Nibelungos*, que conta a história fantasiada dum povo germânico e a *Gudrun*, que é a história lendária duma heroína germânica: pelo âmbito reduzidíssimo e pela falta de significado que englobe todos os povos germânicos, os dois poemas não têm grandeza. Para a Inglaterra há um poema que se encontra nas mesmas condições dos anteriores: *Beowulf*, herói que não é sequer inglês, mas germânico.

A França apresenta-nos a *Chanson de Roland*, que nos fala dum herói já lendário e de aventuras sem verdade histórica, numa época grandiosa, mas cronològicamente diminuta. No mesmo caso se encontra *O Cantar de Mio Cid* da vizinha Espanha. Dante deu-nos um poema filosófico e religioso, sem características históricas; a *Jerusalém Libertada* de Torcato Tasso é italiana na linguagem, mas não no tema.

No século XVII a Inglaterra apresenta, por intermédio de Milton, um poema religioso inteiramente, o *Paraíso Perdido*, como no século XVIII a Alemanha nos dá também um poema religioso — *Messíada* — de Klopstock. Goethe produziu o último grande poema, que tem uma feição filosófica — *Fausto*.

Os Lusíadas apresentam a realidade geográfica, histórica, científica e humana.

Poema português — Poema universal!

4. O Berço de Camões

Nem biógrafos nem a interpretação das obras nos esclarecem sobre o berço de Camões, como de resto mal sabemos da sua gente, da sua cronologia, dos factos que reputaríamos essenciais na existência duma figura tão marcante, definida, invulgar, superioríssima: estudos, bens de fortuna, vida profissional, factos sentimentais. O prof. Hernâni Cidade estranha o silêncio, aparentemente intencional, de que o rodearam os confrades nas Letras; mas anota, com igual agudeza de raciocínio, o silêncio de Camões sobre eles. O que se sabe de concreto a seu respeito, ou quanto se deduz de algumas notícias próprias e alheias, leva à admissão de antipatias e perseguições, com origem na inveja (que nunca medrou nem quem ao pé dela morou...) ou nas atitudes do Poeta, que, consciente do seu valor intelectual e de carácter arrogante, não saberia nem poderia guardar conveniências, medir distâncias, soffrear ímpetos, admitir imposições. Isolou-se e isolaram-no — dois caminhos convergentes da estranha obscuridade em que viveu.

Aceita-se que abriu os olhos à luz nesta nossa nobre cidade, e bem merecia ter-lhe sido berço, por sua grandeza, formosura, celebridade e importância na época. O Poeta amou a cidade famosa mais do que qualquer outra parte do Mundo, e aqui cerrou seus olhos à mesma luz que os terá iluminado pela primeira vez: aqui permaneceu a maior parte da sua existência, e preparou e deu a público o Poema. Aqui os seus ossos se tornaram pó, que nesta terra se confundiu com outro pó, a fim de não mais dela se poder separar.

Contudo, se se persistir em tirar a Lisboa a honra de ter sido o berço do Poeta — então ficará a grande consoladora certeza, a indiscutível afirmação de que a terra de Camões foi esta: Portugal.

A ORIGEM DO NOME DE «LISBOA»

Resumo de uma conferência ()*

pelo DR. JOSÉ PEDRO MACHADO

A origem do nome desta *Lisboa* tem feito correr tinta abundante e de cores diversas, sem que, no final das contas, se verifique a existência de qualquer resultado satisfatório.

Continuamos sem saber qual é a sua origem, nada sabemos para além da afirmação, demais sabida, de se tratar de nome pré-romano.

Quer dizer: não sabemos a significação original do vocábulo; não sabemos a que idioma ele inicialmente pertencia; não sabemos de que idioma o receberam os Latinos; não sabemos, portanto, se esse idioma seria o original do vocábulo, como não sabemos se entre o idioma original e aquele de que os Romanos aceitaram o topónimo houve um ou mais intermediários. Nem mesmo sabemos a área da denominação, como nem mesmo sabemos se, no caso dessa área ser algo vasta, a forma não teria variantes dialectais.

Ao certo, sabemos que os autores romanos (sobretudo Plínio, Varrão e Mela) registam a cidade com os nomes de *Olisipo*, *Olysipo*, *Ulysippo*, etc.

Esses são os mais antigos testemunhos do nome da nossa cidade.

Haveria notícia em Roma dela antes da vinda dos exércitos itálicos até estas paragens?

Parece que não, mas se havia por que forma a denominariam os Romanos?

(*) Realizada na sede do Grupo «Amigos de Lisboa», na noite de 6 de Julho de 1967.

Julgo, no entanto, mais crível que *Olisipone* – teria sido a forma recebida na Hispânia e só aqui...

A cidade era importante e como tal teria frequência na boca das gentes, mas frequência que aumentava com o andar dos tempos, porque, como se sabe, ela desenvolvia-se, progredia. Quer isto dizer que o seu nome, pelo muito uso a que se sujeitava, sofria modificações.

Os textos arábicos já nos oferecem a forma *lixbôna*.

Antes de prosseguir, conviria abrir parênteses para dentro deles tecer comentários a uma variante introduzida escusadamente nestes estudos e ainda hoje por muitos utilizada. Refiro-me a *axbôna* (quase sempre escrita *Aschbona* por motivos óbvios), admitida por vezes como origem do nosso *Lisboa*. Ora nem *axbôna* pode explicar a nossa antiga *Lisbôa*, directa antepassada da moderna *Lisboa* (topónimo, evidentemente...), nem as formas romanas revelam qualquer possibilidade de por elas se progredir até *axbôna*. Para mais as possibilidades de relações entre *lixbôna* e *axbôna* são nulas. Em *axbôna* apenas podemos ver a resultante de erro de leitura de *lixbôna*: por um lado, as quatro consoantes com uma vogal longa entre elas devem ter contribuído para provocar a confusão no espírito de um copista de língua árabe; para ele o aspecto estranho do vocábulo resultaria de má interpretação de palavra com o prefixo *ax-* ou *ouix-*, usado na formação da 10.^a forma dos verbos da língua árabe. Eis a causa da confusão, mas confusão que acabou por seduzir alguns espíritos e, em consequência, conseguir audiência, indevida, nos meios científicos.

O árabe *lixbôna* provém do latim *Olisipona*:

- 1.º — Houve aférese da vogal inicial, como em *Lérida*, pelo árabe *lârida*, do latim *Ilerda*; *Mérida*, pelo árabe *mârida*, do latim *Emerita*, etc.
- 2.º — Talvez tenha havido abrandamento do *-p-* intervocálico, mas convém não esquecer também que em árabe não há esse som, pelo que muitas vezes as palavras estrangeiras com ele quando entram nesse idioma têm de aceitar a sua transformação em *-b-*.
- 3.º — De qualquer modo, de **lisibona* passou-se a *lisbona*, para depois a especial entoação do *-s-* justificar a grafia *lixbôna* dos escritos arábicos.
- 4.º — Depois, o *-n-* intervocálico caiu, nasalizando a vogal anterior, isto é, *lixbôna* originou *Lixbôa*.

Mais uns parênteses: a antiga abreviatura deste topónimo era, naturalmente, *Lx.^a*, ainda hoje em uso, sobretudo em correspondência.

A desnasalização estava realizada no século XVI, quer dizer: a forma actual deve datar dessa centúria.

Surpreende por isso que tenha havido quem, ao pretender investigar a origem deste nome *Lisboa*, a tenha procurado em radicais *lis-* e *-boa* de antiquíssimos idiomas pré-romanos desta Península, como se *Lisboa* fosse a mais antiga das formas do nome da nossa tão querida capital.

E já que se fala de fantasias sobre a origem deste topónimo, não quero esquecer a antiga, aquela que, segundo tantos antigos (e naturalmente ainda segundo alguns modernos...), ele proviria do nome do célebre herói homérico que por aqui, segundo eles, teria estanciado: *Ulisses*.

Não sei que provas há para essa estadia...

Em primeiro lugar, não há possibilidades de encontrarmos este antropónimo em *Olisipo*. Mesmo as formas *Ulysippo* e *Ulisippo* (em Mela, III, 8), ainda que próximas formal e parcialmente, só têm um *-s-* e não favorecem uma explicação greco-latina (ou só grega ou só latina) para *-ippo*.

Isto já é alguma coisa, mas o pior é o que se segue.

Em segundo lugar, se este nome *Lisboa* representasse um vestígio, um resíduo do de *Ulisses*, não teríamos a forma *Lisboa* porque, em tal caso, ele não assentaria naquele *Olisippo* pela razão simples de que esta teria de ser *Odyssiippo*, ou coisa parecida, mas relacionada com o nome grego de *Ulisses* que era *Odyseos*...



A RAINHA

D. Filipa de Lencastre

NO MOSTEIRO DE ODIVELAS

pelo Dr. J. T. MONTALVÃO MACHADO

TRANQUILIZE-SE o leitor, porque não vamos entrar na descrição do notável Mosteiro, que foi o edifício mais grandioso, levantado em Portugal, até ao tempo do Rei D. Dinis. A história deste Mosteiro, contendo as mais variadas páginas, do sagrado ao profano, foi tema de muitos escritores, entre os quais apenas citaremos: Fr. Francisco Brandão, Pinho Leal, Rebelo da Silva, Borges de Figueiredo, Cordeiro de Sousa e D. Carlota Abrantes Saraiva.

Com este pequeno artigo, pretendemos apenas fazer um reparo e lavrar um protesto.

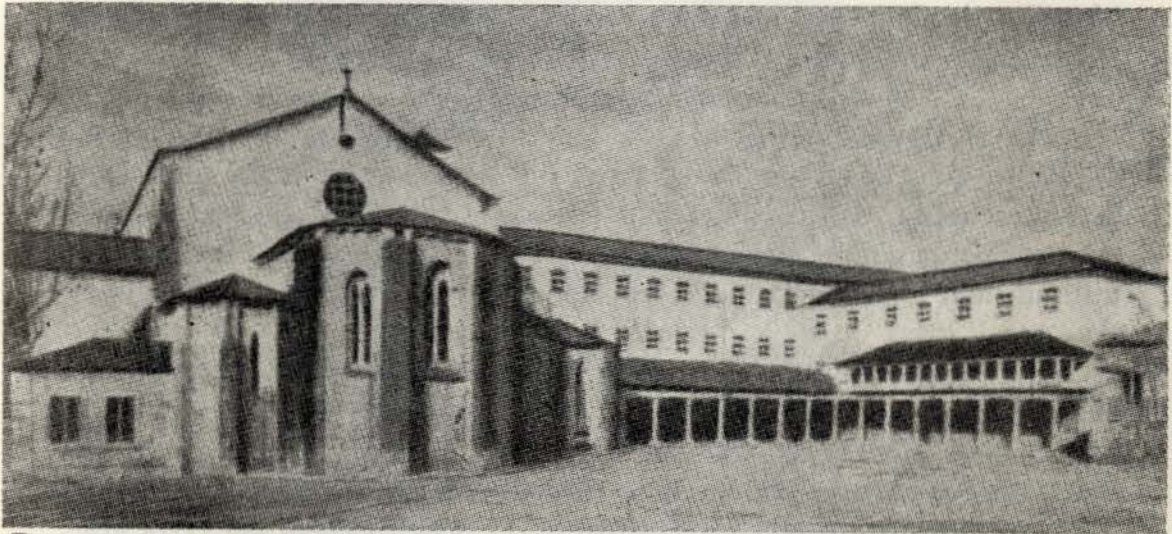
Em visitas remotas, que fizemos à Igreja e Mosteiro de Odivelas, estranhámos que não houvesse ali qualquer memória, alusiva ao falecimento a inumação da Rainha D. Filipa de Lencastre. Últimamente, por efeito de leituras e consultas, quisemos certificar-nos de aquela lacuna. Voltámos, por duas vezes, à Igreja e Mosteiro, e sempre chegámos à mesma conclusão: não há ali nada, nem um pequeno monumento, nem uma simples inscrição, que lembre aos presentes e vindouros a morte e o soterramento, ali verificados, da austera Rainha, que foi a excelsa educadora da Inclita Geração. Isto acontece naquele edifício, onde funciona

actualmente o nosso principal estabelecimento, em regime de internato, para instrução e educação da nossa mocidade feminina!

Contudo, não reste a ninguém a menor dúvida de que foi ali que a Rainha acabou os seus dias, e foi ali que lhe abriram a primeira sepultura.

Desfiemos resumidamente este assunto.

I — Comprovadamente se sabe que, estando prontos os preparativos para a Conquista de Ceuta, estalou mais uma epidemia de peste na cidade de Lisboa, o que levou a Família Real a transferir-se para Sacavém. Aconteceu porém que nesta vila surgiram alguns casos da terrível enfermidade, o que determinou nova transferência para o Mosteiro de Odivelas. Estava ainda a Rainha D. Filipa orando na Igreja de Sacavém quando *sentiu a dor da peste* [1].



Vista exterior da Igreja e Mosteiro de Odivelas

Partindo imediatamente para Odivelas, ali acamou, falecendo 13 dias depois, a 18 de Julho de 1415. Devemos recordar que, até ao momento da sua morte, D. Filipa de Lencastre soube aproveitar o tempo para distribuir espadas aos seus filhos maiores e dedicar-lhes os últimos lampejos, que podiam brotar da sua extraordinária figura de mulher, de mãe e de Rainha.

No dia seguinte, 19 de Julho de 1415, com um simples ofício, a Rainha foi enterrada no coro da adjunta Igreja, em cerimónia rápida de inumação provisória, porque as armadas estavam prontas e o tempourgia,

II. — No ano seguinte, a 9 de Outubro, foi o corpo de D. Filipa exumado da Igreja de Odivelas, para ser transferido para a Igreja do Mosteiro da Batalha, conforme se lê no epitáfio inscrito no túmulo dos Reis fundadores da 2.^a Dinastia:

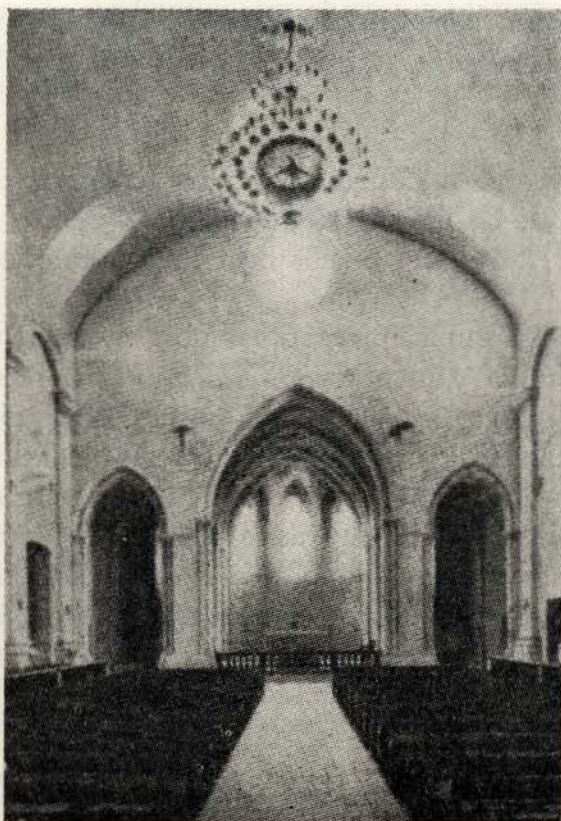
«... *Obiit autem decima octava die Julii anno Domini 1415. Et in Monasterio de Odivellis ante Chorom Monialium decima nona die mensis ejusdem extiti sepulta: Et anno sequenti mensis Octobris die nona fuit pretiosum corpus ejus desepultum [.....] fuit corpus dictae Reginae honorandissimé translatum ad istud Monasterium de Victória, Et tumulatum in Capella maiori, Et principiali, die mensis Octobris decima quinta anno Domini 1416 [.....] [3].»*

De aqui se conclui que a excelsa Rainha, não somente faleceu no Mosteiro de Odivelas, mas também jazeu na respectiva Igreja cerca de 15 meses.

III. — Alguns anos mais tarde, em 19 de Junho de 1425, o Infante D. Pedro querendo honrar a memória de sua mãe, fez lavrar uma carta bastante curiosa, da qual queremos transcrever algumas passagens. É um extenso pergaminho, bem conservado, de 60 cm × 54 cm, inteiramente utilizado em ambas as bandas, no qual se diz [4]:

«(... *Ordeno e estabeço Sua Capella pera sempre no Moesteiro de Odivellas, no qual ella fez fim no curso desta vida mortal, onde o seu corpo jouve sepultado quinze mezes, parecendo-me cousa convinavel que em aquelle lugar seja feita della memoria em ho qual leixou os trabalhos e pennas mundanas e começou de viver segundo eu creyo em certa esperanza e muito chegada da Glória Eternal e esta Capella que asy ordeno me apraz que seja coutada per huu Monje d'Alcobaça [...] e dizer missa no altar, que para esto será ordenada [...] E da governança desta Capella e das couzas que a ella pertencê, dou encargo a JohamAlvares meu Colaço e Thesoureiro, e pera ello lhe outorgo as minhas Casas que eu hei em esta Cidade, a saber huas na Rua a que chamã a Ferraria da Ribeira, Freguesia de Sam Giam, que ora traz Martim Gil Tanoeiro [...] e outras casas que som em a dicta rua da Ferraria, Freguesia da Madalena [...] e outras casas que som aas Fângas do Paço [...] e outras casas que som na rua a que chamã Donna Maria Mafalda [...] Outro si lhe outorgo mais estes bees, que ao diante seguem, q eu ey em Torres Novas [...] dou ao dito Joham Alvares e a todos os outros que depois delle tiverem cargo de*

administrar a dicta Capella com tal condiçam que elle e cada hun dos outros dem a hun Capellam, que a cantará, corenta Coroas de ouro do Cunho d'El Rey de França de justo e velho pezo [...] e se eu ou algum delles meus soccessores em esta terra nom vivermos fique a autoridade ao Rey que emtom for destes Regnos de dar a dita Administraçam a tal pessoa que compre as couzas em esta Instituiçam contiudas [...] Dante em a Cidade de Lisboa a dezanove dias de Julho. Alvaro Dias a fez, Era de mil e quatro centos e vinte e cinco annos).»



Interior da Igreja

A transcrição foi longa, mas, além de nos demonstrar a grande afeição do Infante por sua mãe, serviu também para nos patentear a importância, os cuidados e a meticulosidade que D. Pedro pôs, para guardar pelos séculos além, a memória religiosa, consagrada a D. Filipa de Lencastre, naquela Igreja de Odivelas.

IV. — 75 anos depois, já no reinado de D. Manuel I, foi aposto, ao documento referido, um aditamento, do qual transcrevemos ainda algumas palavras:

«E despois deste aos dezasette dias do mez de Dezembro de mil e quinhentos annos, em Lisboa dentro no Sprital Grande de Todollos Santos perante Estevam Martins Mestre Escolla em a See da dita Cidade e Provedor Mor dos Espritaees, Capellas ê ella mesma e seu Termo pareceo hy Jorge Garcês Secretário de El Rey nosso Senhor polo qual foy apresentada esta Instituiçam acima contheuda pedindo ao dito Provedor que lha mandasse autorizar e concertar com hun trelado que era em seu poder da dita Instituiçam, o qual treladou Affonso Vaz por mandado de El Rey nosso Senhor... »

Prova-se assim que a Capela, instituída na Igreja de Odivelas, para honrar a memória de D. Filipa, por seu filho D. Pedro, se não ficou existindo *pera sempre*, teve pelo menos bem longa duração.

V. — Bem longa duração, repetimos nós, teve essa Capela, na Igreja de Odivelas, instituída e mantida em respeito pela memória da Rainha D. Filipa, porque, muito mais tarde, já no tempo de El-Rei D. João IV, Frei Francisco Brandão, prestes a ser nomeado cronista-mor do reino, assim o diz. Com efeito, este autor escreveu uma obra consagrada à memória da Infanta D. Filipa de Lencastre, filha do Infante D. Pedro e neta da Rainha homónima, Infanta que, depois da morte trágica de seu pai, recolheu ao Mosteiro de Odivelas, embora não professasse, e ali jaz, como adiante veremos. Ora, nessa obra, Fr. Francisco Brandão, falando da Capela instituída por D. Pedro, refere-se à:

«Missa quotidiana, a que estão obrigados os Priores dos Religiosos que nella assistem.» [5]

Isto nos prova que em 1643, isto é, 228 anos após a morte da Rainha, ainda na Igreja de Odivelas se rezava missa quotidiana pela sua alma.

Há um ponto em que o frade alcobacense se equivocou: foi em attribuir a instituição da Capela ao ano de 1445, de que veio a penitenciar-se mais tarde, lançando as culpas ao copista [6]. Culpa de ambos, diremos nós, porque, ainda que o copista copiasse mal, devia Frei Brandão verificar que se não respeitava a respeitável Cronologia. Na verdade, D. Pedro,

ao instituir a Capela, intitidou-se *Infante, Duque de Coimbra e Senhor de Montemor*, mas não se intitulou *Regente*: logo, a instituição teve lugar antes de Dezembro de 1439, época em que D. Pedro arrebatou a Regência do Reino a sua cunhada, D. Leonor, a Rainha viúva, mãe do jovem D. Afonso V.

VI. — Segue-se depois um longo período em que nos escasseiam as notícias acerca do binómio: *Odivelas + Rainha D. Filipa*. Porém, em 1875, Pinho Leal deu-nos uma notícia interessante.

Como se sabe, D. Filipa de Lencastre (neta), no silêncio calmo de Odivelas, entregou-se às letras e foi exímia tradutora de obras latinas e francesas. Por isso, adornou um manuscrito com as mais lindas iluminuras, no qual se lia:

A rainha D. Philippa falleceu no mosteiro d'Odivellas, e n'elle esteve o seu cadáver 15 meses, sendo depois removido para a egreja da Batalha.

Pinho Leal disse que este manuscrito «era obra de grande merecimento», dada ao Mosteiro em 1480, e que no mesmo Mosteiro existia ainda em 1875 [7]. Existirá ainda no arquivo de Odivelas?

VII. — Mas onde era afinal a Capela instituída por D. Pedro, para nela se rezar por alma de sua mãe, *pera sempre*? Ainda o não disse nenhum dos autores citados, o que faz suspeitar de certo mistério.

Averiguado que a Rainha D. Filipa foi sepultada temporariamente no coro da Igreja de Odivelas, onde jazeu durante 15 meses, é possível que ali tivesse ficado uma pedra tumular, a atestar a passagem do real cadáver. Mas as obras, que ali se realizaram, foram muitas e grandes, sobretudo depois do terramoto de 1755, como o atesta um simples olhar pelo interior da Igreja: capela-mor e capelas anexas, em elegante estilo gótico; corpo da Igreja, em pobre estilo néo-renascença, em impressionante e desolador contraste.

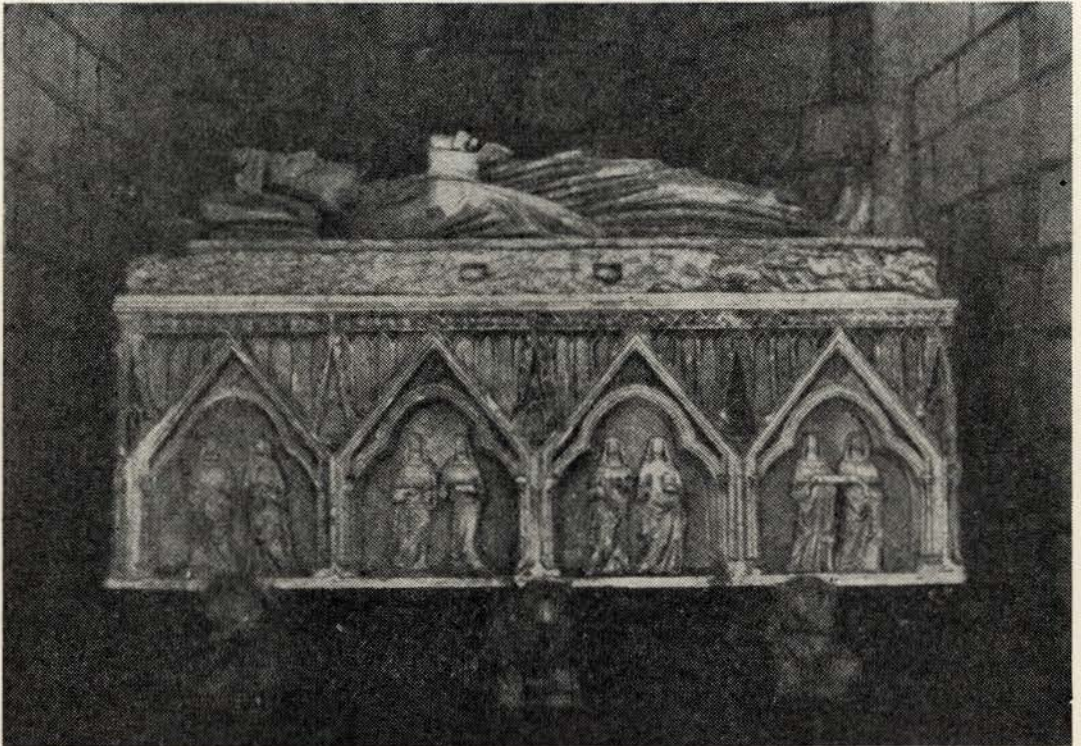
Desta forma se perdeu o conhecimento do lugar exacto, onde jazeu temporariamente a Rainha D. Filipa.

E onde era a capela, de que vimos falando?

Em primeiro lugar, cumpre dizer que *instituir uma capela* não impunha necessariamente a construção dum pequeno templo. Podia ser esta-

belecida numa parte duma Igreja já construída; e o que era de capital importância era deixar devidamente assegurados os rendimentos bastantes para sustentar o culto.

Ora, o que nos diz o documento de D. Pedro é que ele «estabelecia uma Capela para sempre no Mosteiro de Odivelas», sem prever a construção dum templo, isto é, ordenava o arranjo duma Capela, adentro da Igreja do Mosteiro, onde um capelão diáriamente rezasse missa por alma de D. Filipa, para o que reservava os rendimentos suficientes: muitas casas em Lisboa e muitas terras, com vinhas e olivais, em Torres Novas.



Mausoléu e estátua jacente do Rei D. Dinis

«Capella, diz um mestre da nossa língua, é um altar particular, em Igreja privada, ou no corpo de alguma Igreja, encerrado entre paredes próprias, são como humas pequenas Igrejas filiais das matrizes...» [8].

Ocorre porém perguntar: em que parte da Igreja de Odivelas foi estabelecida e mantida, durante séculos, a capela, em memória da Rainha D. Filipa?

A este respeito, nenhum dos autores já citados nos presta qualquer esclarecimento, e foi preciso chegar ao fim do século passado para que um escritor nos desse algumas informações.

VIII — Repetimos e vincamos a lacuna, que já assinalámos no começo deste artigo: nada, no Mosteiro e Igreja de Odivelas, nos atesta hoje que ali faleceu e esteve sepultada a Rainha D. Filipa.

Mas há um pormenor nesta Igreja que fere profundamente a atenção de todos os visitantes e que passamos a mencionar.

Pegada à Capela-mor e do lado do Evangelho, existe outra Capela, que guarda o túmulo do fundador, El-Rei D. Dinis; e, para lá desta 2.^a Capela, há uma 3.^a Capela, muito bem conservada de pavimento, paredes e abóbada, mas que, com a maior surpresa nossa, nos aparece inteira e absolutamente nua: nem um pequeno altar, nem uma imagem, nem um quadro.

A nudez desta Capela é apenas quebrada por uma grande pedra tumular, que mostra estes dizeres:

CAPELA. E S^a. DE NICULAO
RIBEIRO. SOAIREZ. E DE
VIOLANTE. RABELA. SUA MO-
LHER. E DE SEUS. DECENDEN-
TES. E HERDEIROS. HO. QUAL.
FALECEO AOS 27 DAGOSTO DE
I SS7

Seria esta Capela, hoje muda e nua, que albergaria a instituição fundada pelo Infante D Pedro, para perpetuar a memória de sua mãe?

Inclinamo-nos pela afirmativa, mas desde já, ocorre perguntar: porque expulsaram de ali toda e qualquer lembrança da austera e virtuosa Rainha D. Filipa de Lencastre?

IX. — Em fins do século passado, Borges de Figueiredo, visitando largamente o Mosteiro e Igreja de Odivelas, encontrou esta 3.^a Capela um tanto abandonada e decrépita, mas revelando ainda o seu significado. Damos a palavra ao historiógrafo [9]:

«Ao norte e paredes meias com a ábside onde está a tumulo do fundador, outra ábside ou capella existe que prende a nossa atenção. Penetremos nella por esta pequena porta que a liga à antecedente.

O altar está quase nu; o retábulo é insignificante; mas duas imagens, que sobre a banquetta ainda se vêem, têm algum merecimento.

O que todavia logo requer attenção é a pintura da parede.

Essa pintura, que cobre também a abóbada, é primorosa. Sobre fundo de verde garrafa, cortado em rectângulos por linhas horizontais e verticais, realçam elegantes flores de lis doiradas.

O género e a qualidade da pintura indicam-nos com toda a exactidão a época e o motivo por que de tal modo revestiram o interior da capella, a que se refere Fr. Francisco Brandão [...] foi esta a capella escolhida pelo primeiro Duque de Coimbra para a sua instituição; e fundo-me para isso nas duas seguintes razões: a primeira é que a pintura da capella nos determina a época do Infante D. Pedro e não se podem attribuir aquellas armas se não a D. Filippa de Lencastre; a segunda é que aquella era a única em Odivelas que se podia considerar digna do fim [...].

Ao proceder-se no mosteiro e igreja aos reparos, a que já alludi, o encarregado das obras, José Maria Nepomuceno, mandou picotar as paredes da capella instituida pelo primeiro Duque de Coimbra em honra de sua mãe, fazendo desaparecer inteiramente, não só a pintura que tinha 462 annos, mas até as cifras de canteiro e o trabalho da pedra. Perdeu pois a capella de D. Filippa de Lencastre interiormente toda a sua authenticidade. Que vandalismo!»

Como é sabido, D. Filipa de Lencastre tinha nas suas armas as flores de lis doiradas, em campo azul [10]. Como acentua Borges de Figueiredo, a tinta desbotou com a acção do tempo, passando do azul ao verde garrafa.

A transcrição foi extensa, mas valiosa, porque ficámos a saber a razão do vácuo de aquella Capela, no que concerne a noticias da devota e insigne Rainha, mulher do Rei de Boa Memória.

Esta capela é rectangular com dois ângulos truncados. As paredes e pavimento são de bela cantaria, mas a abóbada vê-se que foi reconstruída com tijolo. Além disso, as nervuras da abóbada não são cilíndricas, como as das capelas adjacentes, mas sim da faces planas. Quer isto dizer que a primitiva abóbada caiu e foi substituída por outra que revela trabalho e material mais toscos.

X. — Ainda em época relativamente recente, o Senhor J. M. Cordeiro de Sousa, conceituado epigrafista e nosso respeitável amigo, publicou um

laborioso estudo, acerca das inscrições tumulares, existentes no Mosteiro e Igrejas de Odivelas [11].

Segundo este autor, o Mosteiro de Odivelas é o mais vasto repositório de inscrições funerárias que ele encontrou, não obstante faltarem ali muitas pedras tumulares dos primeiros séculos, que terremotos e obras fizeram desaparecer.

Entre as 199 inscrições tumulares, que o Senhor Cordeiro de Sousa decifrou, colleccionou e publicou, conta-se aquella que se encontra na parede Sul da sacristia e que diz:

A Q U I I A Z A S E R E N Í S S I M A .
S . D . F E L I P A F ^a . D O I N F A N -
T E . D . P ^o . E D E S U A M O L H E R
D . I S A B E L H E N E T A D E L R E I
D . I ^o . I . V I V E O H E M O R E O R E -
C O L H I D A N E S T E M O S T R ^o .

Refere-se esta inscrição à Infanta D. Filipa de Lencastre, filha do Infante D. Pedro e neta da Rainha homónima, a qual Infanta, como já dissemos, viveu recolhida naquele Mosteiro, sem professar, e ali veio a falecer em Julho de 1497 [12].

Porém, acerca de D. Filipa de Lencastre (Avó) não encontrou o paciente e ilustre investigador o mais ligeiro indício.

XI. — Finalmente, ainda em 1960, por ocasião da comemoração do centenário do falecimento de D. Henrique, o Infante Navegador, a Senhora D. Carlota Abrantes Saraiva publicou um trabalho em que se alude à morte da Rainha em Odivelas, trabalho em que se faz uma resumida história do Mosteiro e se relata a instalação no mesmo edifício do Instituto de Odivelas, fundado em 1900, pelo Infante D. Afonso, irmão de El-Rei D. Carlos [13]. Este Instituto, que passou por vicissitudes várias, é hoje um modelar estabelecimento de ensino e educação, com várias modalidades de aprendizagem, e destinado às filhas dos oficiais das nossas forças armadas.

Todavia, acerca de testemunhos da passagem por ali da Rainha D. Filipa, viva ou morta, não nos dá este trabalho qualquer notícia. Desta forma, somos levados a crer que, por mais elevado que seja o prestígio adquirido pelo Instituto de Odivelas, sob os pontos de vista pedagógico e educativo, nem por isso deixaremos de assistir a um gradual

esquecimento duma figura tão distinta da nossa História, intimamente ligada à história do Mosteiro.

E é pena! porque é ali que são instruídas e educadas as raparigas, que amanhã serão mães do escol dos nossos militares de terra, mar e ar.

XII. *Para concluir* — Do exposto se pode concluir:

- 1.º — A Rainha D. Filipa de Lencastre morreu de peste, no Mosteiro de Odivelas, em 18 de Julho de 1415;
- 2.º — Enterrada na Igreja do mesmo Mosteiro no dia seguinte, ali jazeu até 9 de Outubro do ano imediato;
- 3.º — Não há nos mesmos Mosteiro e Igreja qualquer monumento ou simples inscrição que lembre aos presentes e vindouros a passagem por ali de tão egrégia figura da nossa História.

Neste momento, em que o País se debate numa maré alta de defesa do nosso poderio ultramarino, não é descabido que glorifiquemos o Infante Navegador e a figura austera da mulher que o educou. Nestas condições e enquanto no Mosteiro de Odivelas se não erigir um monumento condigno, abalançamo-nos a sugerir que seja colocada na Igreja uma lápida, contendo mais ou menos estes dizeres:

N E S T E M O S T E I R O F A L E -
C E U E M 1 8 - 7 - 1 4 1 5 E N E S T A I -
G R E J A E S T E V E S E P U L T A D A ,
D E S D E 1 9 - 7 - 1 4 1 5 A T É 9 - 1 0 - 1 4 1 6 ,
D O N A F I L I P A D E L E N C A S T -
R E , E S P O S A D E D O M J O Ã O I ,
S E N H O R A V I R T U O S A , R A I N H A
E X E M P L A R , E X C E L S A E D U C A -
D O R A D A I N C L I T A G E R A Ç Ã O .

Resta-nos agradecer à Direcção do Instituto de Odivelas a gentileza com que nos autorizou a realizar as visitas, que ali houvemos de fazer, pelo que aqui lhe patentemos a nossa gratidão.

BIBLIOGRAFIA

- [1] AZURARA, Gomes Eanes de — *Crónica de El-Rei D. João I*, vol. III, part. II, cap. XXXVII.
- [2] *Idem, idem, idem*, cap. XLIV.
- [3] Na Igreja do Mosteiro da Batalha, *Inscrição no túmulo dos Reis D. João I e D. Filipa de Lencastre*.
- [4] Na Torre do Tombo, *Gaveta 16*, maço 1, n.º 5.
- [5] BRANDÃO, Fr. Francisco — *Conselho e Voto da Senhora Dona Filipa*, Lisboa, MDCXXXIII, p. 41 e 42.
- [6] BRANDÃO, Fr. Francisco — *Monarchia Lusytana*, Lisboa, 1650, 5.ª part. p. 225.
- [7] LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1875, vol. sexto, p. 209.
- [8] *Dicionário de Moraes*, Lisboa, MDCCLXXXIX, tom. primeiro, p. 229.
- [9] FIGUEIREDO, A. C. Borges de — *O Mosteiro de Odivelas*, Lisboa, 1889, ps. 187 e segs.
- [10] CAETANO DE SOUSA, D. António — *Hist. Geneal. da Casa Real Port.* tom. II, p. 1.
- [11] CORDEIRO DE SOUSA, J. M. — *As inscrições lapidares do Mosteiro de Odivelas*, in «Anais da Acad. Port. de História», vol. 10, 2.ª série, Lisboa, MCMLX, ps. 37 e segs.
- [12] *Idem, idem*, p. 82.
- [13] SARAIVA, Carlota Abrantes — *O Instituto de Odivelas*, Lisboa, 1960.

COLABORADORES

Desaparecidos

FORAM vários os colaboradores falecidos, como pormenorizadamente se referirá no Relatório da Direcção, relativo ao ano de 1967.

Houve, porém, durante o 2.º semestre de 1967, a ocorrência do falecimento de alguns dedicados colaboradores deste nosso Boletim, que connosco mais intimamente conviveram. Queremo-nos referir aos antigos Directores Dr. Rui de Andrade e Alfredo Ferreira do Nascimento e aos nossos consócios Luís Moita e Comandante Jaime do Inso.

Sem desprimor para a memória de qualquer, Alfredo Ferreira do Nascimento merece uma referência especial, porquanto foi o iniciador dos Colóquios Olisiponenses e um infatigável trabalhador no domínio da história lisboeta, particularmente no âmbito das instalações defensivas da nossa cidade. Habilíssimo cultor da fotografia, deixou-nos belos espécimes sobre a nossa cidade e os seus monumentos; numerosas e interessantes são as suas crónicas e estudos sobre vultos e casos de Lisboa, sendo da sua autoria uma biografia de Santo António, de cuja iconografia era um apaixonado, tendo realizado, na nossa sede, mais do que uma exposição sobre temas antonianos. Foi membro dos Corpos Gerentes e no seu funeral a Direcção esteve largamente representada.

O Dr. Rui de Andrade foi também nosso colaborador e membro da Junta Directiva no triénio de 1940-42; o Senhor Luís Moita durante muitos anos se encarregou da direcção gráfica do nosso Olisipo e nele também publicou alguns artigos, assim como o comandante Jaime do Inso que na sede igualmente realizou algumas conferências.

Todos merecem uma palavra de saudade e a nossa gratidão.



Feira da Ladra



FICHEIRO

42. Casa do Concelho de Gouveia

VAI para cinco anos que o nosso saudoso amigo Dr. António Alçada, falando-nos da Casa do Concelho de Gouveia, nos deu esta *fala* de serrano: «—A primeira reunião da direcção foi num banco do Jardim Anselmo Braamcamp Freire, no Campo dos Mártires da Pátria! Quer coisa mais linda?».

Fundada em 1 de Dezembro de 1952, instalou a sua sede num 3.º andar da Avenida da Liberdade, encontrando-se presentemente no 1.º andar do n.º 2 da Avenida Almirante Reis, onde se nos depa-ram obras do Mestre Fortunato Anjos e de seu filho Armando Anjos, ambos grandes artistas.

Nos três lustros da sua existência a Casa de Gouveia tem realizado inúmeras reuniões atinentes à finalidade regionalista, tornando mais solidária a grande-colónia de Gouveia em Lisboa: almoços campestres, sessões de cinema e exibições de grupos corais e folclóricos — destaque-se a deslocação a Lisboa do Rancho Folclórico «Rosas da Biqueira», actual-

mente designado «Rosas de Gouveia» — palestras e conferências, excursões ao Concelho (nas quais tomaram parte conterrâneos que já não iam a Gouveia há mais de meio século) instalação de bibliotecas no seu concelho, com o valioso patrocínio da Fundação Gulbenkian, colaboração em festas populares, divulgação da riqueza etnográfica, coadjuvação na defesa das preciosidades artísticas e na conquista de benefícios tendentes ao engrandecimento da região, nomeadamente para a criação da Escola Técnica e para a extinção das chamadas *fontes de chafurdo*, promoção de festas do Natal para crianças e adultos. Proporciona ainda assistência clínica e outros auxílios, e tem facilitado a algumas centenas de crianças a sua deslocação a Lisboa para beneficiarem do estágio na Colónia Balnear de «O Século». É esta a valiosa acção da Casa do Concelho de Gouveia, que se traduz por valorização e amor à terra natal.

43. Clube Ferroviário de Portugal

D A fusão do Grupo Desportivo, fundado em 1923, com o Ateneu Ferroviário, criado em 1934, resultou em 1 de Janeiro de 1962 o Clube Ferroviário de Portugal, instalado na Rua de Santa Apolónia, modelarmente, em dependências mandadas construir pela Companhia Portu-

guesa dos Caminhos de Ferro. Agrupa mais de quatro mil ferroviários, disseminados pelo País.

Possui salões para teatro, cinema e televisão, bufetes, salas de jogos (bilhar e ténis de mesa), cabine de som, salas para aulas de leitura, de ensaios e outras: um conjunto de grande utilidade para a obra de valorização física e cultural dos associados e seus familiares.

A actividade do clube reparte-se por três secções: cultural, recreativa e desportiva. Na primeira, além de uma banda de música, mantém aulas diversas, promove concertos, exposições, visitas de estudo; existe um grupo cénico; tem uma biblioteca. A segunda cabe a organização de festas na Sede, excursões em comboio, autocarro ou por via fluvial e ainda a realização de sessões de cinema. A secção desportiva tem a seu cargo modalidades de reconhecido interesse.

O clube tem o seu campo desportivo instalado em Marvila, sendo o seu posto náutico na Avenida Infante D. Henrique.

44. Grupo Dramático Lisbonense

NA Calçada do Cabra, à Rua do Século, reuniam-se, entre outros, Joaquim Marques, Alberto Pires, Manuel Antunes e Manuel Correia projectando passeios, recordando diversões, discutindo a arte de Talma e outros assuntos dominantes na época. Foram eles quem em 16 de Setembro de 1906 fundaram o Grupo Dramático Lisbonense

No Boletim de 1 de Setembro de 1951, editado pela colectividade, recordou o actor Manuel Correia, seu sócio honorário:

«Nasceu deste modo a ideia de organizarem um Grupo Dramático e, se bem o pensaram, melhor o fizeram. Quotiza-

ram-se, trabalharam, lutaram com muitas dificuldades e conseguiram então erguer um palco num pequeno quintal, que ainda existe na Calçada do Cabra, o qual nesse tempo dava acesso a um pequeno barracão que os rapazes ambicionavam para sede do Grupo, onde estava instalada uma oficina de encadernador. Foi na noite de 16 de Setembro de 1906 que se fez a inauguração do Grupo Dramático Lisbonense com o quintal cheio de gente do bairro. Alguns padeiros, dum forno de cozedura anexo ao quintal, largavam a amassadeira de vez em quando para virem aplaudir os amadores, o que emprestava à festa uma nota pitoresca e original, com os seus trajos típicos e enfarinhados. Servia de camarim uma velha capoeira onde os amadores se vestiam. A iluminação era a gás acetilene, tendo sido feita a instalação pelos rapazes. O bufete era original: uma prateleira com pirolitos, um pote com água e um pipo com vinho.

O espectáculo constou da representação da peça *Ressonar sem dormir*, um acto de variedades e baile abrilhantado por uma trupe de bandolinistas.

... ..

Assim começou a família que sempre foi o Dramático Lisbonense.

Em 1910 transferiram a «sede» para o antigo Teatro Terpsichore, que se encontrava abandonado, depois de ter servido de armazém de ferro-velho.

As dedicações continuaram, até para vencer infortúnios...

Já instalados na Rua Marcos de Portugal, um incêndio inutilizou-lhes a casa. Novos esforços e sacrifícios, e a sede foi reconstruída. Mas... a propriedade, que era alugada, foi vendida, o prédio demolido para dar lugar a novo imóvel, onde o Grupo teria direito a instalar-se de novo mas... as negociações goraram-se, arrastando-se a questão até que ao cabo de

alguns anos se instalaram no 2.º andar do n.º 33 da Rua da Cruz dos Poiais.

As instalações são airozas, mas não permitem a continuidade da arte de Talma, que foi a razão de ser e de prestígio da colectividade.

Têm salas para leitura, jogos, bufete e sala de reuniões, com um pequeno tablado para a actuação de uma pequena orquestra.

E, pelas paredes, retratos evocando grandes figuras que saíram do palco do «Dramático Lisbonense» para honrarem a cena portuguesa, e de outros grandes valores do Teatro que honraram com a sua actuação as salas do Grupo.

Zacarias da Silva

A Charca e o Monte Agudo

ENTROU em franco desuso e está a cair em esquecimento a designação toponímica de Charca, que cobria toda a área, onde veio a ser implantado o Bairro das Colónias, e do mesmo modo o monte sobranceiro, o Monte Agudo, ou seja a vertente que desce da Rua da Penha de França sobre o referido bairro.

Segundo os Roteiros de Queirós Veloso, editados no último quartel do século passado, *Caminho da Charca* era a artéria que mais tarde veio a chamar-se o Caminho do Forno do Tijolo, e aí se situava a *Quinta da Charca*, na qual foram retalhadas a Rua de Angola, de Timor, de Cabo Verde e outras.

Não é este um caso único em Lisboa. Muitos outros locais foram perdendo as suas designações antigas, como o Pote das Almas (à Rua Nova do Almada), a Cruz das Almas (ponto de junção da Rua de Campolide com a das Amoreiras), as Portas de Santa Catarina (entre as igrejas do Loreto e da Encarnação), a Ilha dos Galegos (onde está a estátua do poeta Chiado), a Patriarcal Queimada (Príncipe Real), os Quatro Caminhos (Sapadores-Penha de França), as Francesinhas (ao sul da Calçada da Estrela), etc.

Ainda há vinte para trinta anos, *Charca* era o nome que andava na boca de toda a gente para designar o sítio que tem como centro o Caminho do Forno do Tijolo, assim como o do contíguo *Monte Agudo* para designar a encosta adjacente. É só para lembrança e nada mais que se arquiva a presente nota toponímica, porque os ditos do povo ele os cria e ele os destrói.

H. R.



ACTIVIDADE CULTURAL

do 2.º Semestre de 1967

A actividade cultural do 2.º semestre de 1967 iniciou-se com uma visita a Castelo de Vide, Marvão e Nisa, no domingo, 2 de Julho, a que concorreram cerca de 100 sócios e pessoas de sua família.

Foram visitadas as típicas vilas de Marvão, Castelo de Vide e Nisa. O almoço realizou-se em Castelo de Vide, tendo comparecido o nosso consócio Dr. Abel Monteiro, advogado e director do «Correio de Nisa» que nos acompanhou no resto da visita. Nas vilas visitadas foram apreciados, em Marvão, os magníficos panoramas — onde se vêem os milhafres pelas costas; em Castelo de Vide visitaram-se a igreja, as praças e ruas típicas e no almoço, na Pousada de S. Paulo, apreciou-se a característica água medicinal de mesa e antidiabética; em Nisa fomos recebidos pelos Drs. Fraústo Basso, Jaime de Almeida e João Tello Gonçalves, directores do Asilo de Nossa Senhora da Graça, pertença da Fundação Lopes Tavares. Foram visitadas as instalações e depois as igrejas matriz e da Misericórdia e algumas das ruas típicas da vila. Ao Grupo foram oferecidas duas bilhas, com os característicos enfeites de pedrinhas sobre o barro.

Na quinta-feira, 6, realizou na nossa sede, o nosso director Sr. Dr. José Pedro Machado, uma conferência sobre o nome de Lisboa que se publica neste número.

A 23 fizemos uma visita de estudo ao Recolhimento do Bom Sucesso, ao Parque de Campismo de Monsanto e à Paroquial de Carnaxide e Santuário de Nossa Senhora da Rocha.

No Bom Sucesso fomos recebidos pela Madre Superiora, e no adro, o nosso Vice-Presidente, Senhor Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, falou sobre as origens do convento no século XVII e à interferência na educação das alunas das freiras dominicanas irlandesas e das portuguesas, particularmente do ramo fundado por Dona Teresa de Saldanha

Visita ao Recolhimento do Bom Sucesso: O Senhor Eng. Júlio Eduardo dos Santos fala aos Amigos de Lisboa.



Visita ao Parque de Campismo: O nosso Secretário-Geral escuta.

(Rio Maior). São de ver na igreja o trono - sacrário de prata e pintura e o grande crucifixo, oferta do Infante Dom Manuel, irmão de D. João V, especialmente mandado fazer em Nápoles, após o seu regresso a Lisboa. A tudo aludiu em pormenor o director da visita.

Seguidamente os sócios dirigiram-se ao Parque de Campismo Municipal de Monsanto, que foi visitado por especial concessão da presidência da Câmara e sob a direcção do seu director, Sr. Eng.º Abreu Nunes, que gentilmente os acompanhou. Depois deslocaram-se os visitantes a Carnaxide, tendo visto a igreja paroquial de São Romão e o santuário de Nossa Senhora da Conceição da Rocha. Em ambas as igrejas foram recebidos pelo Prior, reverendo Padre Francisco Santos Costa, que de tudo deu informação histórica, e amavelmente nos cumprimentou, tendo pedido para aproveitar o ensejo para se inscrever nosso consócio.

A 6 de Agosto, cerca de 100 pessoas, sócios e suas famílias, visitaram Evoramonte e Monsarás, com almoço em Évora. Em Evoramonte o nosso consócio, Sr. Alfredo Ferreira do Nascimento, deu notícia histórica do monumento local e em Monsarás o Reverendo Pároco Padre Júlio Nogueira fez a história da típica vila, tendo os visitantes percorrido as igrejas, paroquial e da Misericórdia, o antigo tribunal, a antiga casa de Nun'Álvares e algumas das antigas residências locais, hoje ocupadas com interessante mobiliário antigo e regional — verdadeiros museus — propriedade das famílias Bustorff Silva, Pintor António Duarte, Rosado Fernandes, etc.

Retomada a actividade cultural em Novembro, a 19, foi visitado o Museu da Marinha em Belém, que reuniu numerosos associados e em que foi apreciada rica colecção de objectos ligados à actividade da nossa Marinha de Guerra e Mercante, desde velhos tempos até agora, incluindo uniformes, pinturas, armamentos, etc.

A 23, realizou-se mais uma sessão, a 58.ª dos Colóquios Orlisiponenses, em que o nosso Vice-Presidente, Sr. Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, dissertou sobre a actividade do Grupo, desde a fundação, em que se prova que o Grupo não se tem limitado ao culto do passado, mas também se tem debruçado sobre importantes problemas da estética, urbanização e demografia citadina. Usaram da palavra sobre o mesmo assunto vários dos presentes, entre o quais o Director-Tesoureiro Sr. Hugo Raposo e o Secretário-Geral, que presidiu.

A 26, os «Amigos de Lisboa» deslocaram-se à moderna Cadeia Central de Mulheres, em Tires, onde foram recebidos pela sua Directora, Madre Maria de Santa Cruz, que desveladamente superintende na secção das Irmãs do Bom Pastor, que orientam os serviços da cadeia, com capela, salas de trabalho (tapetes de Arraiolos), creche para os filhos das internadas e instalações agrícolas na vasta cerca.

Aos visitantes foi dispensado acolhimento muito gentil e amável.

Para a Biblioteca da Cadeia o Grupo fez oportunamente oferta de alguns números do seu Boletim.



Visita a Nossa Senhora da Conceição da Rocha, em Carnaxide:

O Senhor P.^o F. Santos Costa fala com os Amigos de Lisboa. Vêm-se os Senhores Eng. Júlio Eduardo dos Santos e Doutor Eduardo Neves.

Em Dezembro, a 6, pelas 22 horas, na nossa sede, realizou-se a sessão comemorativa do centenário da inauguração do monumento a Luís de Camões. Foram oradores o nosso Director-Tesoureiro, Sr. Hugo Raposo, que apresentou uma reportagem retrospectiva da cerimónia em 1867, e o Director Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho, que dissertou sobre o «Épico». No final, o declamador Sr. João Perry Vidal recitou



Sessão Camoniana:
O Director Senhor Hugo Raposo evoca a inauguração do monumento a Camões.



Sessão Camoniana:
O Senhor Dr. Paulo Caratão Soromenho comenta Camões.

obsequiosamente algumas composições camonianas. As duas orações da sessão, que foi largamente concorrida, são publicadas neste número.

No dia 17, para encerramento da actividade cultural do ano, deslocaram-se a Alcoitão, em visita ao Bairro dos Infantes e Descobridores, a convite da sua proprietária, a nossa consócia Sr.^a D. Fernanda Mouzinho de Albuquerque, cerca de 100 pessoas, que foram amável-



O Senhor João Perry Vidal recita Camões.

mente recebidas pela proprietária e pelos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Câmara de Cascais, respectivamente os Srs. Eng.^{os} Albuquerque de Azevedo Coutinho e D. António Castelo Branco. Presentes também os representantes das famílias Gonçalves Zarco, Câmara, Saldanha e Pereira Coutinho, entre os quais são de referir pela gentileza da recepção D. Ana Zarco da Câmara de Bragança e Câmara, D. Maria Eugénia Zarco da Câmara Rebelo de Andrade, o architecto D. Segismundo Câmara de Castelo Branco e o Capitão de Cavalaria D. Ruy d'Orey Pereira Coutinho, este há pouco regressado de Angola e lá condecorado. Nos edifícios, construídos segundo a traça da época dos nomes que ostentam, viam-se alguns soldados, naturais da região e regressados das campanhas de África. É de assinalar uma série de rapazes de apelido Galinha, de que já três se batem em África e a que sempre no seu regresso a proprietária homenageia em sua casa com um beberete e a oferta de uma garrafa de vinho do Porto Mouzinho e um relógio.

Os «Amigos» foram por fim obsequiados com um pequeno beberete, trocando-se nesta altura affectuosas saudações.

Durante o semestre, o Grupo fez-se representar em várias manifestações para que foi convidado, assim: na abertura solene do ano académico da Sociedade das Ciências Médicas, pelos Directores Drs. Alberto Gomes e Eduardo Neves; no aniversário da Casa de Gouveia pelo Secretário-Geral, que assistiu a uma conferência do Sr. Abílio Mendes do Amaral o qual dissertou sobre «Onde foram em Lisboa as Casas do Marquês de Gouveia»; na inauguração da Exposição Comemorativa da Biblioteca da Marinha, pelos Vice-Presidente e Secretário-Geral; no Serão Cultural a propósito do Centenário de António Nobre, promovida pela Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, pelos Directores Drs. Eduardo Neves e Paulo Soromenho. A propósito das Festas do Natal e do aniversário do Sr. Presidente da República foram enviados telegramas ao Sr. Presidente da República, nosso sócio honorário, e aos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, nossos consócios. Foi oportunamente cumprimentado o nosso consócio Doutor Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, a propósito do elogio que fez da Cidade de Lisboa, na inauguração da Avenida Calouste Gulbenkian.

O diário «República» reproduziu na íntegra o ensaio sobre «António Pedro Lopes de Mendonça», da autoria do nosso Vice-Presidente, que Olisipo publicara no seu número 119, o que se agradece.

OFERTAS AO GRUPO

Um quadro representando o Arco do Marquês do Alegrete, aguarela de Eduardo Saint Aubyn, oferta da nossa consócia Sr.^a D. Berta Borges.

Uma medalha de cobre, com cerca de 8 cms. de diâmetro, comemorativa do 70.^o aniversário do nosso consócio Sr. Arménio da Cunha Mendonça, ocorrido em 9-6-67.

Entre vários livros e outras publicações, que entraram na nossa biblioteca por oferta ou permuta, referimos a oferta de sua autora, a nossa consócia Mariac Dimbla, um interessante volume, de 310 pgs., «Amanhã fará sol?», de tema profundamente olisiponense. Esta nossa consócia tem publicadas várias obras humorísticas e históricas e em todas foca sempre Lisboa e os seus hábitos.



Sócios admitidos durante o segundo semestre de 1967

- 3573 — D. Armanda Gonçalves — *Ajudante de Guarda-livros.*
- 3574 — D. Fernanda Mousinho de Albuquerque — *Doméstica.*
- 3575 — D. Josefina de Liz Teixeira da Cunha — *Doméstica.*
- 3576 — D. Ilda do Vale Nunes Pereira Lima — *Doméstica.*
- 3577 — D. Isilda Natércia Figueiras Carapeto de Sousa Ramos — *Doméstica.*

ACÇÃO CULTURAL

durante o ano de 1967

COLÓQUIOS OLISIPONENSES

Janeiro

- 26 — Com a colaboração e orientação dos Srs. Doutor Eduardo Neves e Eng. Júlio Eduardo dos Santos, focando, especialmente, as Estátuas de Lisboa.

Maio

- 18 — Com a colaboração e orientação do Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, sobre a figura e obra notável do beneficiado Francisco Leitão Ferreira.

Novembro

- 23 — Com a colaboração e orientação do Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, que dissertou sobre as actividades do Grupo durante os 30 anos da sua existência.

CONFERENCIAS

Fevereiro

- 22 — *O Pintor Lisboeta António Manuel da Fonseca, (1796-1890)*, Prof. da Academia das Belas-Artes de Lisboa, pelo Sr. Dr. Paulo Caratão Soro-menho.

Abril

- 19 — *Novos Aspectos da Lisboa Muçulmana*, pelo Sr. Dr. José Garcia Domingues.

Junho

- 22 — *Lisboa Romântica no «Journal» de Isabella de França*, pelo Sr. Eng. João dos Santos Simões.

Julho

- 6 — *O Nome de Lisboa*, pelo Sr. Dr. José Pedro Machado.

EXPOSIÇÕES

Abril

- 15 — *Exposição de Aguarelas*, do Artista Sr. Narciso de Moraes.

VISITAS DE ESTUDO

Janeiro

- 22 — *Ao Albergue Distrital de Mendicidade de Lisboa* (Mitra), dirigida pelo Director do Albergue Sr. Capitão António de Oliveira Cascais.

Fevereiro

- 12 — *Ao Palácio do Conde de Óbidos*, actual sede da *Cruz Vermelha Portuguesa*, dirigida pelo Secretário-Geral da Cruz Vermelha, Sr. Coronel João Soares Vítor de Sousa Vairinho e pelo Sr. Salvador d'Almeida, Almojarife do Palácio.

Março

- 19 — *À Serra da Estrela e ruínas da antiga cidade romana, Conímbriga*, em Condeixa. O Sr. Doutor Eduardo Neves acompanhou os visitantes.

Abril

- 1 — *Ao Museu Instrumental e outras dependências do Conservatório Nacional*, dirigida pelo Director do Conservatório Sr. Dr. Ivo Cruz, seguida dum concerto pelos Artistas Sr. Lamy Reis e D. Maria Helena de Matos.
- 2 — *Ao antigo Convento dos Cardais, Asilo das Cegas*, ao cuidado das Terceiras Dominicanas, e dirigida pela Superiora do Asilo, Irmã Maria das Graças.
- 23 — *Às Ruínas do Carmo*, sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, dirigida pelo Sr. Doutor Eduardo Neves.

Maiο

- 7 — *À Sociedade de Geografia de Lisboa*, dirigida pelos Srs. António Luís Penha Soromenho e Conservador Marques Pereira.
- 21 — *À Basílica Antoniana de Mafra e Tapada*, dirigida superiormente pelo Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos. Na Biblioteca do Palácio, o Conservador Sr. Guilherme de Assumpção informou do valor das obras expostas e o Sr. Eng. D. Segismundo da Câmara Saldanha dirigiu a visita à Tapada.

Junho

- 18 — *Ao Ginásio Clube Português*, dirigida pelo Sr. Dr. Manuel Fradinho, Presidente da Direcção do Ginásio.

Julho

- 2 — *A Castelo de Vide, Marvão e Nisa*, em que também tomou parte, pela Direcção, o Sr. Doutor Eduardo Neves.
- 23 — *Ao Recolhimento do Bom Sucesso*, a cargo das Terceiras Dominicanas Irlandesas, ao *Parque de Campismo de Monsanto* e à *Igreja Paroquial de Carnaxide e Santuário de Nossa Senhora da Rocha*. Dirigiram estas visitas, no Bom Sucesso o Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos e a Irmã Superiora do Recolhimento; no Parque de Campismo o Sr. Eng. Abreu Nunes, em Carnaxide o Reverendo Pároco Sr. Padre Francisco dos Santos Costa.

Agosto

- 6 — *A Evoramonte, Évora e Monsarás*, dirigidas pelos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento e Padre Júlio Nogueira, Pároco de Monsarás.

Novembro

- 19 — *Ao Museu da Marinha*.
- 26 — *À Cadeia Central das Mulheres, em Tires*, a cargo das Irmãs do Bom Pastor, dirigida pela Directora, Madre Maria de Santa Cruz.

Dezembro

- 17 — *Ao Bairro dos Infantes e Navegadores*, em Alcoitão, iniciativa e propriedade da Sra. D. Fernanda Mouzinho de Albuquerque, que dirigiu a visita, acompanhada pelo Sr. Eng. D. Segismundo da Câmara Castelo Branco.

SESSÕES COMEMORATIVAS

Dezembro

- 6 — *Sessão Comemorativa do 1.º Centenário da Inauguração do Monumento a Luís de Camões*, em que usaram da palavra os Srs. Hugo Raposo e Dr. Paulo Caratão Soromenho, que dissertaram, respectivamente, sobre *Reportagem Retrospectiva da Inauguração do Monumento a Luís de Camões em 1867* e *O Épico*.



ALGUMAS DAS EDIÇÕES DO GRUPO AINDA À VENDA

	PREÇOS	
	Sócios	Público
O CAMPO DE SANTA CLARA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i>	13\$50	15\$00
CASAS ONDE, EM LISBOA, RESIDIU ALMEIDA GARRETT, por <i>Henrique C. Ferreira Lima</i>	18\$00	20\$00
A COR DE LISBOA, colaboração de vários autores...	18\$00	20\$00
O «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» E O SÉCULO XIX, por <i>Luís Teixeira</i>	4\$00	5\$00
FANTASIAS SOBRE A ORIGEM DO NOME DE LISBOA, pelo <i>Eng. A. Vieira da Silva</i>	18\$00	20\$00
A IRMANDADE DE S. LUCAS, por <i>F. A. Garcez Teixeira</i>	18\$00	20\$00
LISBOA (Comédia), por <i>Gustavo de Matos Sequeira</i>	18\$00	20\$00
LISBOA DE OUTRORA (2.º e 3.º vols.), por <i>Tinop</i> — cada	18\$00	20\$00
OLISIPO BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS, por <i>Alfredo da Cunha</i>	13\$50	15\$00
A PONTE DE ALCÂTARA E SUAS CIRCUNVIZINHANÇAS — Notícia Histórica, pelo <i>Eng. A. Vieira da Silva</i>	18\$00	20\$00
RONDA E SILVA DE LISBOA VELHA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i>	9\$00	10\$00
URBANIZAÇÃO DE LISBOA, colaboração variada ...	4\$00	5\$00

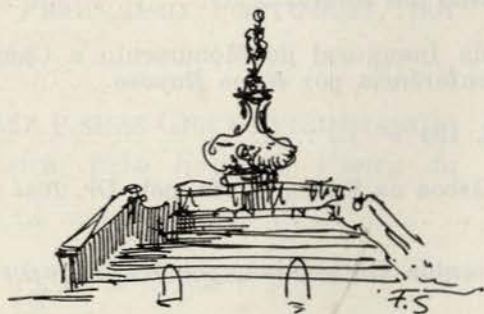
ÍNDICE

DO 30.º VOLUME

1967

Acção Cultural durante o ano de 1967	191
Actividade Cultural do 4.º Trimestre de 1966	69
Actividade Cultural do 1.º e 2.º Semestres de 1967	130 e 184
Algumas notas sobre três escritores olisiponenses: Manuel de Gallegos, Francisco Leitão Ferreira e António Pedro Lopes de Mendonça, pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	108
Colaboradores desaparecidos, pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i>	180
Comemoração do 3.º Centenário do falecimento do grande escritor lisboeta D. Francisco Manuel de Melo — Síntese da conferência proferida pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	59
Corpos Gerentes para o triénio de 1967-1969	3
<i>Ditoso Tejo</i> , soneto de <i>D. Francisco Manuel de Melo</i>	6
O Épico, conferência pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	156
Estátuas de Lisboa: Sua localização e sugestões — tema da 56.ª sessão dos «Colóquios Olisiponenses». Intervenções do <i>Doutor Eduardo Neves</i> e <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	47
Evocação da Cerimónia Inaugural do Monumento a Camões: Reportagem Retrospectiva, conferência por <i>Hugo Raposo</i>	149
«Feira da Ladra» 76, 134 e	181
Homens Célebres de Lisboa na época Árabe, pelo <i>Dr. José D. Garcia Domin- gues</i>	91
A Inauguração da Avenida Gulbenkian, por <i>Hugo Raposo</i>	145
As Inundações de Novembro	143
† Leitão de Barros	89

Ofertas ao Grupo	86	190
A Origem do Nome de «Lisboa» — Resumo de uma conferência, pelo <i>Dr. José Pedro Machado</i>	165	
Parecer da Comissão de Contas, referente ao exercício de 1966	84	
O Pintor Lisboeta António Manuel da Fonseca, conferência pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	7	
Poesias Olisiponenses:		
<i>A minha ida à velha Alfama</i> , soneto de <i>Christina Bérens Freire</i>	67	
<i>Cacilheiro</i> , de <i>Paulo Ferreira</i>	67	
A Rainha D. Filipa de Lencastre no Mosteiro de Odivelas, pelo <i>Dr. J. T. Montalvão Machado</i>	168	
Relatório da Junta Directiva, relativo ao ano de 1966 e ao triénio de 1964-1966	79	
<i>Sobre os «Amigos»</i> , dois sonetos do <i>Dr. Abel Monteiro</i>	107	
Sócios admitidos durante o 2.º semestre de 1966	86	
Sócios admitidos no 1.º e 2.º Semestres de 1967	139	190
Visita ao Monumento de Cristo-Rei — Palavras proferidas, por ocasião da visita dos «Amigos de Lisboa», pelo <i>Doutor Eduardo Neves</i>	72	
Capas — Desenhos de <i>José A. Videira</i>		
N.ºs 117/118 — Igreja de Santa Engrácia (Panteão Nacional).		
N.º 119 — A Ponte Salazar vista da Rua 1.º de Maio, junto da entrada da sede da Companhia Carris.		
N.º 120 — S. Vicente de Fora.		
Vinhetas de <i>Figueiredo Sobral</i> e <i>José A. Videira</i> .		



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM

LUABO e MARROMEU



PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Grémio dos Armadores de
Navios de Pesca do Bacalhau

ORGANISMO

CORPORATIVO

Criado pelo decreto-lei número 26 106, de 23 de Novembro de 1935,

ao qual compete fomentar a Indústria da Pesca do Bacalhau

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

●
**Rua Augusta, 161 - Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA**

●
**Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

●
Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

B E B A

**CERVEJA
SAGRES**

A SEDE QUE SE DESEJA



Estas 29 Companhias de Aviação
efectuaram já mais de
4 milhões de horas
de voo com Mobil Jet Oil II

**AIR
NEW ZEALAND**

CAT



TAP

**ALLEGHENY
AIRLINES**

FRONTIER



IBERIA



Mobil

ZAG

TRADIÇÃO
E
PROGRESSO



BANCO BORGES & IRMÃO



PORTO - Rua Sá da Bandeira, 20

LISBOA - Largo de S. Julião, 1-2

AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS

CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO